

# REVISTA REDAÇÃO

17/05/2015 - Ed. 18

A cultura brasileira não é a única a ter de se confrontar com um problema de dualidade de paradigmas éticos: há possivelmente uma aproximação entre a malandragem brasileira e a metis grega

## O Jeitinho Brasileiro e As malandragens de Odisseu

JOÃO EVANGELISTA TUDE DE MELO NETO



Lucas Rocha

### // O incrível avanço da medicina para salvar o início da vida

CILENE PEREIRA  
e PAULA ROCHA

Como cirurgias em fetos, novos tratamentos e equipamentos para prematuros estão elevando a chance de sobrevivência dos bebês brasileiros

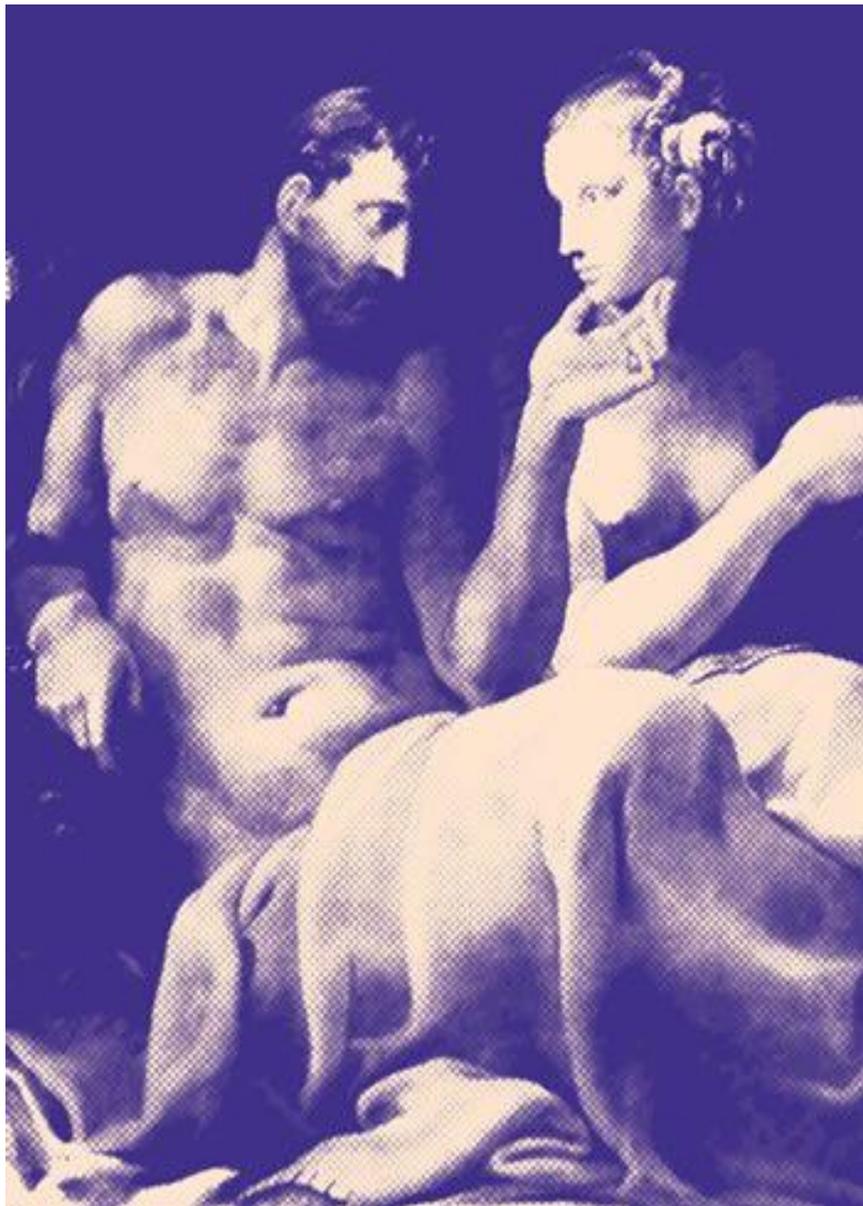
### // São Paulo a seco

ANNE VIGNA

"Você sabe o que eles pretendem fazer? A Sabesp tem um plano B para o futuro?", indaga. Todos olham para a debatedora, que responde desolada: "Não, eu tenho as mesmas informações que vocês e não faço a menor ideia se há um plano B, C ou D. Por outro lado, sei que o pior ainda está por vir"

## As malandragens de Odisseu (JOÃO EVANGELISTA TUDE DE MELO NETO)

A cultura brasileira não é a única a ter de se confrontar com um problema de dualidade de paradigmas éticos: há possivelmente uma aproximação entre a malandragem brasileira e a metis grega



**POR QUE** o cidadão que, com razão, cobra honestidade dos políticos não enxerga contradição em fazer uso dos expedientes do jeitinho e da malandragem para resolver seus problemas cotidianos? Por que o cidadão que, com razão, cobra honestidade dos políticos não enxerga contradição em fazer uso, por vezes, dos expedientes do jeitinho e da malandragem para resolver seus problemas cotidianos? Para tentar refletir acerca dessa questão, admitamos a seguinte hipótese de trabalho: no Brasil existe uma espécie de "dualidade de paradigmas éticos". Isso porque uma ética mais tradicional que tem por princípio a honestidade e o cumprimento do dever coexiste, paralelamente, com uma espécie de "ética" da malandragem, a qual tem como referência a valorização de uma astúcia que visa sempre "levar vantagem". Pensar o "fenômeno brasileiro da malandragem" pressupõe a existência de uma espécie de dualidade de paradigmas éticos, isso porque uma ética mais tradicional que tem por princípio a honestidade e o cumprimento do dever coexiste, paralelamente, com uma espécie de "ética" da malandragem, a qual tem como referência a valorização de uma astúcia que visa sempre a levar vantagem.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cf. MELO NETO, João Evangelista Tude de. *Genealogia da malandragem*. In. *Revista Filoso a Ciência e Vida*, nº 37, São Paulo: Escala, 2009.

Curiosamente, essa dualidade não acontece de forma dicotômica e excludente, já que os dois referenciais "éticos" não se anulam no cotidiano brasileiro. Em outras palavras, não é que haja dois grupos de pessoas e que cada grupo siga exclusivamente um dos paradigmas. Ou seja, não é o caso que tenhamos o grupo dos honestos de um lado e o grupo dos malandros de outro. Por vezes, são os mesmos indivíduos que transitam entre os dois paradigmas, pois, no Brasil, a mesma pessoa pode oscilar de um polo a outro conforme as circunstâncias. Isto é, a mesma pessoa pode aderir momentaneamente ao modelo ético do honesto e, numa ocasião posterior, tomar como referência para sua ação o paradigma do malandro. Num momento, podemos admirar o honesto cumpridor de deveres que sempre segue as normas de maneira "caxias". Este é o bom trabalhador que "coloca o Brasil pra frente". Por outro lado, a depender da situação, também podemos apreciar a inteligência sagaz do malandro, que, por meio das mais diversas formas de astúcias, consegue sobreviver de maneira "alternativa". Enfim, o cidadão que cobra dos políticos o cumprimento dos preceitos da ética da honestidade não enxerga contradição em usar o expediente do jeitinho e da malandragem porque ele teria à sua disposição dois paradigmas éticos aos quais ele pode se adequar conforme as circunstâncias.

**O MESMO CIDADÃO QUE COBRA DOS POLÍTICOS O CUMPRIMENTO DOS PRECEITOS DA ÉTICA DA HONESTIDADE NÃO ENXERGA CONTRADIÇÃO EM USAR O EXPEDIENTE DO JEITINHO E DA MALANDRAGEM**

A admissão das categorias de *jeitinho* e de *malandragem* como elementos paradigmáticos à ação é algo mais complexo do que parece. Isso porque tomar essas categorias como modelo para o agir não significa apenas afirmar que no Brasil existe um alto grau de transgressão, mas denota que, por meio do *jeitinho* e da *malandragem*, a própria transgressão se transformou em modelo ético! A figura do malandro, nesse contexto, seria vista como um exemplo a ser seguido, pois teria se transformado numa referência para o "dever ser" - uma espécie de paradigma ético paralelo. Em outras palavras, no Brasil, "ser esperto" e "sempre tirar vantagem" se converte numa espécie de norma. Essa é uma peculiaridade do País. Aliás, nesse sentido, não é exagero afirmar que a *malandragem* foi até mesmo concebida como um elemento constitutivo da própria identidade brasileira. Lembremos, por exemplo, da lei de Gerson que postula ser da natureza do brasileiro possuir uma sagacidade prática capaz de conduzi-lo a sempre levar vantagem em tudo. Mas será que esse tipo de dualismo ético, que toma a burla como possibilidade legítima, é, de fato, uma exclusividade brasileira?



**No Brasil, dependendo do momento, tanto a atitude "caxias" quanto a atitude "malandra" podem ser consideradas bem-vindas e entendidas como corretas**

## DUPLICIDADE ÉTICA

Será que o problema da dualidade ética consiste, realmente, numa questão filosófica? Antes de responder a essa pergunta, seria necessário elucidar uma questão preliminar: Para lançar um pouco de luz sobre esta investigação, o diálogo de Platão, o *Hípias menor*, é de grande valia: Sócrates faz que seu interlocutor, o famoso sofista Hípias de Élis (século V a.C.), se depare com uma dicotomia de valores que estaria presente nos poemas homéricos. Já no início do diálogo, Sócrates pergunta a Hípias: "o que você nos diz sobre Aquiles e Odisseu? Qual dos dois você afirma ser o melhor, e em quê?". Hípias então responde: "Homero fez de Aquiles o melhor homem dentre os que chegaram a Troia [...] e de Odisseu, o mais multiforme". Hípias diz ainda que "Aquiles [...] era verdadeiro e direito, e Odisseu [...] multiforme e mentiroso".<sup>2</sup>

<sup>2</sup> PLATÃO. *Hípias menor*. op.cit. págs. 59, 60 e 61

Na realidade, a pergunta de Sócrates e a resposta de Hípias denunciam uma duplicidade valorativa que já se encontrava nos textos que serviam de base e orientação para a formação dos gregos antigos. Nesse sentido, Platão parece querer mostrar que o valor "bom" no contexto homérico pode ser entendido de duas maneiras que, apesar de antagônicas, constituíam elementos norteadores da mentalidade grega. Dito de outra maneira, o "bom" poderia ser compreendido como "o bom" que é expresso na *Ilíada*, isto é, o "bom" que tem como figura paradigmática o valente e honrado Aquiles, que é

"verdadeiro e direito". Todavia, o "bom" também poderia significar o "bom" que se faz presente na *Odisseia* por meio da figura do astuto e mentiroso Odisseu.

De fato, se nos confrontarmos com os poemas homéricos, parece que podemos encontrar dois paradigmas conflitantes. Enquanto a *Ilíada* gira em torno da guerra de Tróia e das façanhas heroicas e quase sempre honradas de Aquiles, a *Odisseia* conta as aventuras, as astúcias e trapaças de Odisseu durante seu retorno à sua terra natal, Ítaca. A *Ilíada* é permeada por uma mentalidade bélica que valoriza a figura do bravo e honrado guerreiro. Esses guerreiros fazem parte do grupo dos *aristoi* (os melhores). E o que os caracteriza é a areté, uma espécie de excelência na arte da guerra. O bom guerreiro de *areté* se distingue, portanto, dos guerreiros comuns pelo vigor físico, pela coragem, pela juventude, pela argúcia bélica e pela destreza no manejo de suas armas.

São *aristoi*, entre outros, os personagens Aquiles, Ajax, Agamenon, Heitor e Pátroclos. Esses heróis homéricos da *Ilíada* buscavam expressar seu valor numa *bela luta*, isto é, numa espécie de duelo justo que pressupõe uma igualdade de condições para o combate. O guerreiro de *areté* deveria, por conseguinte, respeitar uma honra guerreira que se opõe a qualquer tipo de tentativa de trapaça ou burla. Os *aristoi* devem, portanto, evitar o embuste e lutar de forma franca e leal. Nesse sentido, é possível afirmar que a *areté* homérica é repleta de regras de conduta que conduzem e regulam a justa disputa. Lutar à noite, por exemplo, é algo reprovável no contexto da *bela guerra* que é contada na *Ilíada*. Isso porque a noite facilita o disfarce, a artimanha, a trapaça e a emboscada.



**Em Hípias menor, Platão mostra que a questão da dualidade ética já era um elemento da cultura grega, deixando claro que essa dualidade constitui um tema que pode e deve ser refletido a partir de uma perspectiva filosófica**

heróis homéricos da *Ilíada* buscavam expressar seu valor numa *bela luta*, isto é, numa espécie de duelo justo que pressupõe uma igualdade de condições para o combate. O guerreiro de *areté* deveria, por conseguinte, respeitar uma honra guerreira que se opõe a qualquer tipo de tentativa de trapaça ou burla. Os *aristoi* devem, portanto, evitar o embuste e lutar de forma franca e leal. Nesse sentido, é possível afirmar que a *areté* homérica é repleta de regras de conduta que conduzem e regulam a justa disputa. Lutar à noite, por exemplo, é algo reprovável no contexto da *bela guerra* que é contada na *Ilíada*. Isso porque a noite facilita o disfarce, a artimanha, a trapaça e a emboscada.

A respeito dessa mentalidade homérica, a fala do troiano Heitor direcionada a Ajax, no canto VII (verso 240) da *Ilíada*, é bastante ilustrativa: "não quero atacar com nenhuma artimanha um inimigo como és, mas, lealmente, tentar alcançá-lo".<sup>3</sup> Esse trecho também explicita outra exigência da honra guerreira em questão: o guerreiro de *areté* deveria enfrentar um adversário valoroso, ou seja, outro guerreiro de *areté*. Isso porque é apenas a luta contra um oponente valoroso que poderia lhe conferir a glória (*kleos*). Essa *kleos* poderia até ser conquistada por meio de uma *bela morte* - a morte gloriosa resultado de um valente e justo combate. Aquiles, por exemplo, prefere uma vida breve e heroica a uma existência longa e obscura.

Isso porque sua bela morte será cantada pelo poeta (*aedo*), o que vai fazer que seus feitos heroicos sejam lembrados por muito tempo. O canto do aedo vai, nesse sentido, conferir ao guerreiro uma espécie de eternidade simbólica e imanente, pois durante séculos as proezas e honras do guerreiro serão faladas e lembradas. Enfim, é justamente a valentia, o destemor diante da morte e o cumprimento de um código de honra guerreira que darão a imortalidade ao herói.

<sup>3</sup> HOMERO. *Ilíada*. op.cit. pág. 186

**SE, NA ILÍADA, A PRINCIPAL REFERÊNCIA "ÉTICA" É A HONRA GUERREIRA E O RESPEITO PELA LUTA JUSTA, NA ODISSEIA A TRAPAÇA E A ESPERTEZA PASSAM A SER A REGRA**

**O CAXIAS**, o malandro e o renunciador são os personagens paradigmáticos elencados por DaMatta que atuam no drama social brasileiro. O primeiro é o cumpridor das normas; o segundo burla as regras sem pretender uma reviravolta da ordem vigente; o terceiro é aquele que pretende subverter por completo o sistema social

Se, na *Ilíada*, a principal referência "ética" é a honra guerreira e o respeito pela luta justa, na *Odisseia* a trapaça e a esperteza passam a ser a regra. Na *Ilíada*, a bela morte é almejada pelo herói. Na *Odisseia*, ao contrário, o importante é sobreviver. O principal herói da *Ilíada* é Aquiles - paradigma de *areté* nessa epopeia. Na *Odisseia*, ao contrário, Ulisses (Odisseu, em grego), o inventor do cavalo de Troia, é o protagonista do poema e principal referência "ética". Sob os epítetos de "o multifacetado" e "o rico em ardil", Odisseu é um personagem célebre por suas trapaças e artimanhas. Ele é caracterizado por possuir um tipo de inteligência prática - personificada pela deusa *Métis*, ligada à esperteza e à astúcia. Essa inteligência sagaz e pragmática se constitui pelo senso de oportunidade e capacidade de decisões rápidas e certeiras.

Além disso, a *métis* também é sinônimo de adaptação, disfarce e ardil. É justamente lançando mão de sua *métis* que Odisseu sobrevive a fantásticos e assustadores perigos e consegue retornar a Ítaca.

No canto IX da *Odisséia*, Homero conta que Odisseu escapa de ser devorado pelo Ciclope Polifemo - um monstro gigantesco que possui apenas um olho na testa - graças a um competente estratagema. Por meio de um jogo de palavras arditas, o herói faz que Polifemo beba vinho até a embriaguez. Aproveitando-se do estado de ebriedade do ciclope, Odisseu consegue cegá-lo e escapar de sua voracidade antropofágica (ver box). Na verdade, essa é uma das passagens da *Odisséia* que nos mostra a atitude arditosa de Odisseu sendo justificada pela necessidade de sobrevivência. A esse respeito, a fala do próprio herói, que faz uma espécie de reflexão retrospectiva dessa aventura, é muito ilustrativa: "Pensei toda sorte de astúcias e enganos, por se tratar da existência e iminente perigo ameaçar-nos".<sup>4</sup> Ora, esse tipo de autoavaliação de Odisseu expressa que a *Odisséia* é permeada por um paradigma valorativo quase inverso em relação à *areté* da *Iliada*. Neste poema, o herói almeja uma eternidade simbólica pela *bela morte*; já na *Odisséia*, o que temos é uma inteligência pragmática ligada às urgências do momento e que visa a promover a manutenção da vida do herói.

<sup>4</sup> HOMERO. *Odisséia*. IX, 420. op.cit. p.165.



Enquanto a *Iliada* (imagem) gira em torno da guerra de Troia e das façanhas heroicas e quase sempre honradas de Aquiles, a *Odisséia* conta as aventuras, as astúcias e trapaças de Odisseu durante seu retorno à sua terra natal, Ítaca

#### HOMERO INICIA A ODISSEIA PEDINDO INSPIRAÇÃO ÀS MUSAS PARA QUE ELE CONSIGA CONTAR OS FEITOS DE ODISSEU, FATO QUE IDENTIFICA O CARÁTER MANHOSO DO PROTAGONISTA



Na mesma direção da passagem anterior, temos também a aventura que é narrada no canto 12 da *Odisséia*, Circe - feiticeira e amante de Odisseu - adverte o herói acerca dos perigos de Cila, um monstro marinho de seis cabeças e doze pés. Odisseu, apesar de ter sido avisado da ameaça da monstruosa Cila, não comunica o perigo aos seus companheiros e argumenta dessa forma: "Do inevitável perigo de Cila não disse palavra, para que os sócios, tomados de medo, das mãos não deixassem os remos todos cair e no fundo da nau se escondessem".<sup>5</sup> Ora, essa passagem deixa claro que o que move as ações de Odisseu é uma espécie de prudência a qual tem como referência as circunstâncias efetivas, pois ele sabe que, se falasse sobre Cila, os seus companheiros ficariam amedrontados e cessariam de remar.

O que inspira a inteligência astuciosa de Odisseu e, ao mesmo tempo, justifica suas trapaças, é a necessidade de sobrevivência <sup>5</sup> HOMERO. *Odisséia*. XII, 220. op.cit. pág. 216

#### MÉTIS COMO PARADIGMA

Homero inicia a *Odisséia* pedindo inspiração às musas para que ele consiga contar os feitos do herói astucioso,<sup>6</sup> Odisseu. Ora, o poema já começa, portanto, identificando o caráter manhoso do protagonista. Curiosamente, essa passagem não expressa um valor depreciativo acerca da maneira multiforme e arditosa do herói. Ao contrário, o modo de ser engenhoso e versátil de Odisseu, além de ser ressaltado, é cultuado. De fato, o texto de *Odisséia* está repleto de menções elogiosas ao herói. Há, por exemplo, uma passagem em que a maior trapaça de Odisseu é lembrada ao mesmo tempo em que ele recebe o adjetivo de divino: "o cavalo de pau [...] que o divo Odisseu com astúcia pôs dentro de Troia, cheio de heróis destemidos, que os muros sagrados saquearam".<sup>7</sup> Ora, a exaltação e divinização do caráter astucioso e trapaceiro do herói nos mostra que Odisseu era entendido, pelo autor da *Odisséia*, como um modelo a ser seguido. O herói constituía, portanto, um paradigma que estava à disposição do homem grego e que era passível de ser utilizado conforme a necessidade das circunstâncias. Desse modo, é possível afirmar que a figura de Odisseu possui uma proximidade com o arquétipo brasileiro do malandro. Vejamos.

<sup>6</sup> Idem. I, 1. op.cit. pág. 28

<sup>7</sup> Idem. VIII, 490. op.cit. pág. 149

## A métis e as aventuras de Odisseu

**Nascida da união** de Oceano e Tétis, Méteis é uma deusa da geração anterior ao reinado dos deuses olímpicos. Caracterizada por uma inteligência astuciosa, ela ajudou Zeus a vencer a guerra contra os Titãs, já que fabricou uma poção que fez Cronos - líder dos Titãs - vomitar os irmãos de Zeus que se juntaram ao lado deste no combate. Ela também foi a primeira esposa de Zeus e chegou a engravidar do soberano do Olimpo. Todavia, Zeus foi avisado por Gaia e Urano que o filho do casal poderia destituir o seu reinado. Zeus, então, engole Méteis e evita o golpe. Ao engolir a deusa, Zeus toma para si aquela inteligência astuta que caracteriza Méteis. No contexto homérico, todos os personagens dotados de méteis são possuidores de uma mobilidade que os torna capazes de se adaptarem às mais diversas situações e ambientes. Eles também são caracterizados pela arte do disfarce e da enganação. A própria Méteis era conhecida por assumir diversas formas e disfarces. Além de Méteis, são dotados de méteis os personagens: Prometeu, Hefesto, Hermes, Atena - filha de Méteis e Zeus - e o próprio Odisseu.

## O PROTÓTIPO DO MALANDRO

No clássico *Carnavais, malandros e heróis*, o cientista social Roberto DaMatta (1936) realizou um estudo acerca da malandragem brasileira tomando como ponto de partida o mito do Pedro Malazarte.<sup>8</sup> Para o autor, Pedro Malazarte, personagem tradicional da cultura ibérica que foi importado para o Brasil, seria uma espécie de protótipo do malandro brasileiro.

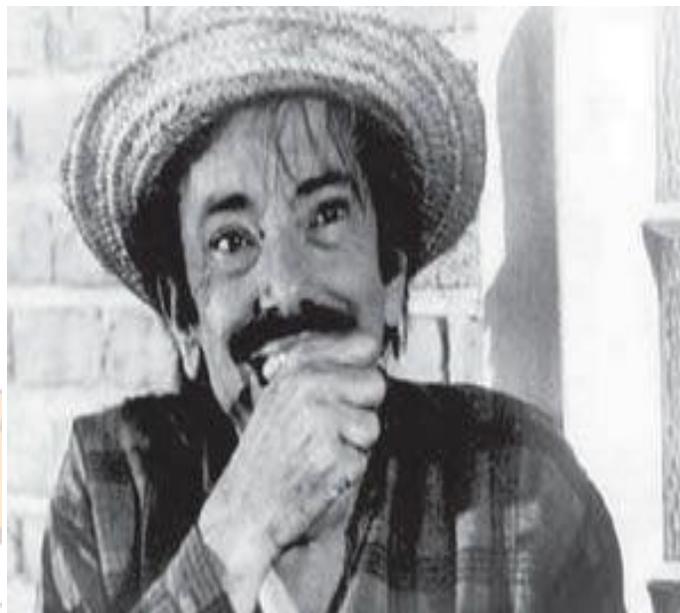
<sup>8</sup> C.f. MATTA. *Carnavais, malandros e heróis*. op.cit. págs. 286-316

<sup>9</sup> CASCUDO. *Contos tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. pág. 174

Na tradição folclórica brasileira mais originária, Malazarte é um dos dois filhos de um casal velho e pobre. Enquanto o irmão mais velho, João, é caracterizado como sendo trabalhador e honesto, Pedro é astucioso e vadio.<sup>9</sup> Pela situação precária da família, João tem de ganhar a vida trabalhando para um fazendeiro velhaco e explorador. No novo emprego, entretanto, João é engabelado por um contrato de trabalho desonesto e, depois de um ano de muito esforço, retorna para casa sem nenhum tostão. Como se não bastasse a exploração, o patrão ainda arranca dele uma tira de couro que vai desde o pescoço até o fim das costas. Esse ato de violência e humilhação é legitimado porque João não consegue cumprir as cláusulas injustas do contrato. Revoltado com a situação do irmão, Pedro resolve utilizar suas manhas para vingá-lo. Procura o mesmo fazendeiro e começa a "trabalhar". Depois de algum tempo, por meio das mais diversas espertezas, consegue empobrecer o fazendeiro e voltar rico para casa. Após vingar o irmão, Malazarte resolve ter uma vida de andarilho. Durante suas andanças, o herói vive as mais diversas aventuras, nas quais sempre utiliza a astúcia para se safar e tirar vantagens de ricos e senhores. Pedro consegue trocar fezes por dinheiro; vende um urubu que, supostamente encantado, faria adivinhações; desfruta de banquetes sem gastar nenhum tostão; ganha salários sem trabalhar e até usa o cadáver da própria mãe para extorquir quantias de um latifundiário.

Para DaMatta, Malazarte é um *relativizador* das leis, regulamentos, códigos e moralidades que sufocam o indivíduo sem berço no jugo do trabalho. Apesar de relativizador, o nosso anti-herói não seria uma espécie de reformista ou revolucionário da ordem vigente. Isso porque a transgressão de Malazarte não visa à transformação do sistema, mas à manutenção da vida e da vantagem casual. Apesar de burlar sistematicamente as normas, o personagem não tem a pretensão de modificar o todo das instituições. O que interessa a ele é continuar a levar sua vida de malandro e não se submeter à exploração do trabalho. Nesse sentido, o mito do Malazarte nos mostraria que é possível guiar a vida por meio de uma espécie de paradigma ético paralelo que, apesar de contrariar pontualmente as instituições ético-jurídicas, convive com essas mesmas instituições. Malazarte seria, nesse sentido, o arquétipo do nosso malandro que constitui um "papel social que está à nossa disposição para ser vivido no momento em que acharmos que a lei pode ser esquecida ou até mesmo burlada com certa classe e jeito".<sup>10</sup> Tal como o mito de Odisseu que, na Grécia, constituiu um arquétipo paralelo à areté, o Malazarte/malandro consiste, no Brasil, numa referência alternativa para nossas ações.

<sup>10</sup> MATTA. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. pág. 105



**De origem pobre, Pedro Malazarte se caracteriza por uma esperteza inesgotável que é usada para vencer suas dificuldades e levá-lo à conquista das mais diversas vantagens**

## ENTRE A MÉTISE E A MALANDRAGEM

Tanto Odisseu quanto Pedro Malazarte são personagens caracterizados por uma sagacidade prática que os leva a soluções rápidas e oportunas para seus problemas. Ambos possuem a capacidade de se adaptar às mais diversas dificuldades e superá-las. E eles só conseguem fazer frente aos seus obstáculos por meio do recurso da trapaça e da burla. Entretanto, o que parece legitimar as ações dos nossos heróis é justamente a precariedade de suas condições. Odisseu está perdido na imensidão do mar mediterrâneo e luta contra forças que estão muito além da capacidade humana. Para manter-se vivo, ele tem de fazer uso da *métis* e trapacear. Malazarte está inserido numa realidade social opressora que praticamente impossibilita a sobrevivência sem o recurso da burla e da enganação. Ele tem de dar sempre um jeito para sobreviver e levar vantagem diante dos coronéis e poderosos em geral. Nos dois casos, temos uma espécie de "moral da conservação da vida", em que a necessidade de sobrevivência legitima a trapaça e se sobrepõe a uma "moral da honestidade". O que há, entretanto, não é uma valorização da trapaça pela trapaça, mas a trapaça justificada pela necessidade de sobrevivência.



Uma variante mais recente de Malazarte é João Grilo, personagem de Ariano Suassuna em *Auto da compadecida*, que usa de sua astúcia para engambelar seus adversários e se livrar das mais variadas complicações

### A presença da *métis* na Odisseia

A *Odisseia* está repleta de passagens que expressam a *métis* de Odisseu. Um exemplo é uma aventura que é contada no canto XII. Nesse trecho, Homero relata um dos perigos pelo qual Odisseu teve de passar para poder chegar a Ítaca, sua amada terra natal. O risco em questão é o sedutor canto das sereias, cuja beleza atrai os navegantes, fazendo que estes se atirem ao mar e morram afogados. Odisseu, entretanto, é advertido acerca dessa ameaça e planeja uma forma de, ao mesmo tempo, escutar o canto das sereias e escapar da morte. O que faz Odisseu? Veda os ouvidos de seus marinheiros com cera e pede para ser amarrado no mastro do navio para que possa ouvir o fascinante canto sem, no entanto, atirar-se ao mar. Outra passagem digna de nota é contada no canto IX da *Odisseia*. Nesse trecho, Homero relata as aventuras de Odisseu no momento em que ele visita a ilha dos ciclopes e tem de enfrentar o Ciclope Polifemo, um gigante monstruoso que possui apenas um olho na testa. Aprisionados na caverna de Polifemo, os companheiros de Odisseu começaram a ser devorados pelo Ciclope. O herói, contudo, consegue, através de um hábil diálogo, convencer Polifemo a beber vinho - bebida até então desconhecida pelo Ciclope. Durante a conversa regada ao líquido dionisíaco, Polifemo pergunta o nome de Odisseu. O herói, no entanto, responde: "ninguém é o meu nome". O vinho leva Polifemo à embriaguez e Odisseu consegue furar com uma lasca de oliveira em brasa o único olho do monstro. Polifemo grita de dor e pede socorro aos seus irmãos, os outros ciclopes que habitavam a mesma ilha. Eles então perguntam: "algum homem te pilha o rebanho? Mata-te alguém, ou com uso da força ou por meio de astúcia?" Polifemo responde: "Ninguém quer matar-me". Enfim, os outros ciclopes não vão ao socorro de Polifemo.

Nesse sentido é possível supor que a *apologia da malandragem pela malandragem* seria um fenômeno secundário em relação ao princípio fundamental da malandragem, isto é, a sobrevivência. A malandragem - de início, impulsionada pela necessidade de conservação da vida - se converteu em referência para si mesma. Nesse sentido, de "mecanismo de adaptação às situações perversas da sociedade brasileira"<sup>11</sup>, a malandragem teria se tornado um modelo ético independente da necessidade de sobrevivência. A glorificação do malandro seria, portanto, o resultado de um processo que fez a malandragem se transformar em valor moral que norteia a própria ação malandra. Ou seja, não se é malandro para sobreviver, mas, sim, porque se deve ser esperto em todas as ocasiões. E, aqui, colocamos uma derradeira questão: será que, ao promovermos essa *apologia da malandragem pela malandragem*, não perdemos o referencial originário da própria malandragem, isto é, a preservação da vida? Isso porque a apologia da malandragem pela malandragem traz à tona o perigo da justificação de uma corrupção generalizada e o efeito colateral de todo um encadeamento de chagas sociais que tornam as condições da *vida* ainda mais precárias. Enfim, será que a malandragem gratuita, a malandragem da "lei de Gerson", não estaria conduzindo a um caminho contrário ao princípio mais originário da própria malandragem?

<sup>11</sup> BARBOSA. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1992

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Lúvia. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CASCUDO, Câmara. Seis aventuras de Pedro Malazarte. In. **Contos tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- DETIENE, Marcel; VERNANT, Jean- Pierre. **Les ruses de l'intelligence: la mètis des Grecs**. Paris: Flammarion, 1974. **Edição brasileira**: DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Métis: as astúcias da inteligência**. São Paulo: Odysseus, 2008.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Ilíada**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- MELO NETO, João Evangelista Tude. Genealogia da malandragem. In. **Revista Filosofia Ciência e Vida**, nº 37, São Paulo: Escala, 2009.
- PLATÃO. Hípias menor. In. \_\_\_\_\_. **Sobre a inspiração poética (Íon) & Sobre a mentira (Hípias menor)**. Trad. André Malta. Porto Alegre: L & PM, 2008.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Le monde d'Homère**. Paris: Perin, 2002.

**JOÃO EVANGELISTA TUDE DE MELO NETO** é professor de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. Doutor em Filosofia pela USP e Mestre em Filosofia pela UFPE, além de Bacharel em Filosofia pela UFPE e Comunicação Social pela Unicap. É membro do grupo de estudos Nietzsche (GEN). **Revista FILOSOFIA, Maio de 2015.**

## O incrível avanço da medicina para salvar o início da vida (CILENE PEREIRA e PAULA ROCHA)

**Como cirurgias em fetos, novos tratamentos e equipamentos para prematuros estão elevando a chance de sobrevivência dos bebês brasileiros**



**NO DOMINGO**, 10, dia das mães, a empresária paulistana Aline Scullion, 28 anos, grávida de 17 semanas, decidiu dar um presente diferente para sua mãe, Maria: um ultrassom das gêmeas Luna e Bella. No exame, ela descobriu que as bebês sofriam de síndrome de transfusão intergemelar, quando há a formação de comunicações vasculares anormais entre os fetos. A confirmação do diagnóstico veio na terça-feira, 12. No dia seguinte, Luna e Bella passaram por uma cirurgia intrauterina no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, na qual o laser foi usado para fechar os vasos sanguíneos que as ligavam. Cada uma agora tem sua rede de abastecimento sanguíneo. "Sem essa cirurgia, a saúde delas estaria em risco. Agora sigo tranquila na gestação, sabendo que elas estão bem", diz Aline.

Há alguns anos, em uma situação como a de Luna e Bella, o risco de morte de pelo menos um feto era de 95%. Nesta síndrome, um feto recebe parte do sangue do outro, o que resulta em acúmulo, e o outro acaba ficando com pouco sangue. Hoje, com o diagnóstico precoce e tratamento, essas crianças têm 85% de chance de sobreviver. Em casos de hérnia diafragmática fetal – órgãos abdominais como fígado, estômago e intestino desenvolvem-se na região torácica, pegando o lugar dos pulmões -, o feto tem 50% de possibilidade de sobreviver se tratado a tempo. Antes, sem opção, a chance de vida era menor do que 10%. Em situações graves, próxima do zero. Aqueles que nasciam prematuros (abaixo de 37 semanas) pesando menos de um quilo tinham 50% de chance de viver. Atualmente, quando assistidos do modo correto, 90% deles deixam o hospital, crescem, tornam-se adultos. Esses índices são alguns resultados do formidável avanço da medicina especializada em salvar aqueles que estão bem no começo da vida, ainda dentro do útero ou fora dele antes do tempo certo.

Por trás do salto entre o que era possível oferecer para o que se dispõe atualmente há uma combinação de fatores que inclui o maior conhecimento do desenvolvimento fetal e dos recém-nascidos, a sofisticação dos aparelhos de imagem e o treinamento preciso de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde envolvidos no atendimento. A primeira etapa na qual é possível enxergar a qualidade que isso resultou é a do diagnóstico. "A maior parte dos problemas significativos

com o bebê é detectável na fase intrauterina”, afirma Javier Miguez, assessor médico em medicina fetal do Gestar, do Fleury Medicina e Saúde, de São Paulo. “Com os exames, é possível dar tranquilidade aos pais com relação a malformações graves, como a anencefalia, e a cerca de 90% das cromossomopatias, como a Síndrome de Down”, explica.

No que se refere às enfermidades causadas por anomalias nos cromossomos (abrigam os genes), os destaques são os exames de sangue para detectar boa parte delas. “A vantagem é fazer a detecção precoce dessas síndromes sem realizar a punção na placenta, que oferece 1% de risco de aborto”, diz Miguez. “É o melhor método de rastreamento e não coloca a gestação em risco”, diz Fábio Peralta, cirurgião ginecológico e que atua na área de medicina fetal do Hospital e Maternidade São Luiz e no Hospital do Coração (Hcor), em São Paulo. Em relação às malformações, os grandes aliados são os exames de imagem. “O ultrassom evoluiu muito. As gestantes podem optar se desejam fazer o ultrassom morfológico em 3D ou 4D” diz Márcia da Costa, coordenadora da Maternidade São Luiz, de São Paulo. O ecocardiograma fetal, por sua vez, identifica malformações que afetam o coração.

## **SEPARAÇÃO SAUDÁVEL**

**As gêmeas Luna e Bella,  
filhas de Aline, acabaram  
de passar por uma cirurgia  
para que cada uma tenha  
uma rede própria de vasos  
sanguíneos**



# OS AVANÇOS ANTES E DEPOIS DO NASCIMENTO

Conheça a evolução da medicina fetal e neonatal

## EXAMES INTRAUTERINOS

### HISTÓRIA

**2012**

Começa a ser realizado nos Estados Unidos o rastreamento de anomalias cromossômicas no DNA fetal por meio de **exame de sangue da mãe**, método menos invasivo que não coloca a gestação em risco e que pode identificar doenças como a Síndrome de Down

Em 2013 esse exame chega ao Brasil

**2014**

Chega ao País o exame de biomarcadores para pré-eclampsia, que, combinado a um exame de ultrassom que avalia as artérias do útero, é capaz de identificar se a gestante terá essa doença gestacional, maior causa de óbito entre grávidas

### CIRURGIA FETAL A CÉU ABERTO

No procedimento, o útero é exteriorizado, feita uma incisão, e o feto, operado. Ele é recolocado dentro do órgão, finalmente reposicionado no corpo da mãe

É indicado para corrigir a mielomeningocele ou espinha bifida aberta. O problema pode resultar em seqüelas graves, como paralisia, perda das funções do intestino e da bexiga e hidrocefalia

É idealmente feita entre a 19ª e a 26ª semana da gestação



### HISTÓRIA

**1997**

O procedimento começa a ser realizado nos Estados Unidos

**2003**

É feita pela primeira vez no Brasil, pelos cirurgiões Antônio Fernando Moron e Sérgio Cavalheiro. No mesmo ano são executadas outras cinco cirurgias desse tipo, todas bem sucedidas

De **2003 a 2011**

Pesquisadores dos EUA estudam se o procedimento é realmente mais eficiente do que cirurgias feitas após o nascimento. Nesse hiato, o uso do método é interrompido no Brasil

**2011**

Com evidências que comprovam sua eficácia, a cirurgia volta a ser feita no País

**2014**

É realizada a primeira cirurgia fetal a céu aberto fora de São Paulo, na Bahia

**2015**

Até hoje, já foram feitas mais de 170 cirurgias do gênero no Brasil





## BATIDA CERTA

Um ultrassom morfológico realizado pela comissária de bordo Mariene Fadel, 35 anos, na 24ª semana de gestação, revelou que Benício tinha uma anomalia cardíaca que precisava ser corrigida o mais rápido possível. Ela e o pai, Maurício Hofer, 40 anos, decidiram submeter o filho a uma operação intrauterina, realizada no HCor muito bem sucedida. "Ele tem uma saúde ótima", conta Mariene. Benício completará um ano e dois meses no dia 24.



## O MILAGRE DA CASA

Quem vê hoje o alegre Antônio, de 1 ano e 4 meses e 7 quilos, mal pode imaginar que ele nasceu pesando 630 gramas, junto do irmão gêmeo Pedro, que pesava 600 gramas. Os bebês vieram ao mundo com 23 semanas de gestação. Pedro viveu 23 horas e Antônio permaneceu na UTI Neonatal sete meses, sempre acompanhado pelos pais Patrícia Del Vecchio, 32 anos, e Cezar Del Vecchio, 33. "Ele é nosso milagre", diz Cezar.



Algumas das doenças identificadas ao longo da gestação contam hoje com tratamentos feitos ainda na etapa intrauterina da vida (leia no quadro abaixo). Entre os que mais chamam a atenção estão os que corrigem problemas cardíacos. No Hcor, funciona um centro de referência nesse tipo de procedimento. Em média, eles realizam de cinco a seis por ano, com ótima taxa de sucesso. Uma das anomalias cardíacas lá tratadas é a estenose pulmonar crítica, que consiste no estreitamento na válvula pulmonar que pode levar à hipoplasia do ventrículo direito (redução do tamanho do ventrículo) e à estenose aórtica crítica (estreitamento na válvula aórtica que pode resultar na síndrome de hipoplasia do coração esquerdo). A intervenção não dura mais do que uma hora. Os movimentos do cirurgião são guiados pelas imagens do ultrassom. Primeiro, a mãe recebe anestesia peridural (analgésia do abdome para baixo). Depois, o feto é anestesiado (em uma das coxas). Em seguida, uma agulha de quinze centímetros de comprimento atravessa a barriga da mãe, a placenta e punciona o coração do feto. Por meio desta agulha introduz-se um balão, inflado no lugar que precisa ser dilatado para permitir o desenvolvimento correto do coração.

Perícia e delicadeza extremas são indispensáveis para o sucesso de procedimentos como esses. Só para se ter uma ideia do que se trata o alvo com o qual os médicos estão lidando: por volta da 24ª semana de gestação, um feto pesa em torno de um quilo. Seu coração mede cerca de dois centímetros, os ventrículos, quando normais, dez a quinze milímetros (os reduzidos de tamanho por causa da doença, oito milímetros), e a válvula pulmonar, quatro milímetros. Antes da opção de correção no útero, o bebê era obrigado a passar por pelo menos três estágios cirúrgicos. "A primeira operação é feita logo após o nascimento, a segunda entre quatro e seis meses e a terceira quando a criança está próxima dos três anos", explica a cardiologista pediátrica e fetal Simone Pedra, coordenadora da Unidade Fetal do Hcor.



## BRINCADEIRA SOLTA

Isaque Cavalcante tem um ano e oito meses de idade. É levado, esperto, ativo. “Minha maior felicidade é ter meu filho assim, brincando, e feliz nos meus braços”, diz a mãe, Soraide Cavalcante, 31 anos. Aos seis meses de gravidez, ela foi surpreendida com a notícia de que o garoto apresentava uma cardiopatia que exigia correção. A operação foi realizada no HCor sem complicações. “Nunca esquecerei do momento em que ouvi o coração dele batendo, depois da cirurgia”, lembra a mãe.

Uma modalidade de operação na etapa uterina que também impressiona é a cirurgia a céu aberto. No procedimento, o útero é exteriorizado, feita uma incisão, o feto operado e recolocado dentro do órgão, reposicionado no corpo da mãe. A intervenção é oferecida em hospitais das redes particular e pública.

O Brasil já contabiliza mais de 170 cirurgias do tipo, incluindo uma recente traqueostomia executada pelo pioneiro em intervenções do gênero no País, o médico Antonio Fernandes Moron, responsável pelo Serviço de Medicina Fetal do Hospital e Maternidade Santa Joana, em São Paulo. A operação é indicada em casos de obstruções de vias aéreas, tumores pulmonares, encefalocele (defeito no tubo neural que causa a herniação do cérebro e das meninges) e mielomeningocele, conhecida como espinha bífida (malformação caracterizada pelo fechamento incompleto da espinha dorsal e do canal espinhal antes do nascimento, e cuja principal seqüela é a hidrocefalia).

O País foi o primeiro na América Latina a realizar a cirurgia a céu aberto para correção de mielomeningocele, pelas mãos de Moron. A intervenção representa um avanço importante para a manutenção da qualidade de vida dos bebês, pois evita o acúmulo de líquido no cérebro. “Antes da cirurgia era necessária a implantação de uma válvula cerebral, que devia ser substituída em média quatro vezes ao longo da vida, para drenar o líquido para a cavidade abdominal”, explica o médico. A operação pode ser feita somente entre a 24ª e a 26ª semanas de gravidez. O parto ocorre, em geral, por volta da 35ª semana – o normal é entre a 38ª e a 40ª semana.

## CIRURGIAS INTRAUTERINAS

Os procedimentos são feitos com o auxílio de aparelhos de imagem, por meio dos quais o cirurgião se guia para chegar ao local exato da estrutura a ser corrigida

São usados agulhas, cateteres e outros recursos para a correção do problema

### HISTÓRIA

## 2007

Começa a ser feita no País a cirurgia intrauterina a laser para corrigir casos de síndrome de transfusão intergemelar (há a comunicação de vasos sanguíneos entre gêmeos)

Chega aqui modalidade que trata a hérnia diafragmática (intestino, estômago e fígado sobem e dificultam o crescimento dos pulmões). É colocado um balão na traqueia do feto e os pulmões crescem corretamente

## 2013

É realizada pela primeira vez, pela especialista em Medicina Fetal Denise Pedreira, uma cirurgia intrauterina endoscópica para corrigir a mielomeningocele, ou espinha bífida

## OUTRAS INDICAÇÕES



### CARDIOPATIAS FETAIS

Anomalias como o estreitamento na válvula pulmonar e redução do tamanho do ventrículo direito podem ser corrigidas por meio de **cirurgia intrauterina**



### TUMORES

Usa-se o laser para coagular os vasos sanguíneos que surgem para alimentar as células tumorais. O tratamento continua depois do nascimento

## OS PROGRESSOS NO TRATAMENTO DOS PREMATUROS

Alguns dos avanços importantes nos últimos anos

### HISTÓRIA

## 1990

Começa a ser administrado para as mães em trabalho de parto prematuro um corticóide que ajuda na maturação do pulmão do bebê, o que melhora a sobrevivência da criança

Na mesma época, inicia-se no Brasil o tratamento de prematuros com surfactante, medicação que expande o pulmão do recém-nascido

## 1998

Chegam ao País as incubadoras umidificadas, que evitam a perda de calor do bebê e mantêm a sua pele hidratada

## 2000

Começam a ser utilizados por aqui os respiradores de ventilação sincronizada, que são mais sensíveis, menos agressivos, e mais adequados a bebês menores

## 2005

Para proteger os prematuros da hipotermia, maternidades brasileiras passam a adotar as mantas térmicas

## 2010

Desembarcam no País sistemas modernos de **monitoramento dos prematuros**, que incluem o controle da frequência cardíaca e respiratória, além de exames eletroencefalográficos



Apesar do sucesso das operações a céu aberto, desde 2013 uma nova técnica é capaz de corrigir a mielomeningocele sem a necessidade de retirar o bebê do útero. Portanto, é menos invasiva. Trata-se de uma intervenção endoscópica criada pela médica Denise Pedreira, cirurgiã fetal do Centro de Terapia Fetal e Neonatal do Hospital Albert Einstein, ligado à clínica de especialidades pediátricas da instituição. Na operação, são feitas três pequenas incisões na barriga da mãe, por onde passam uma câmara e os instrumentos cirúrgicos. Dentro do útero, parte do líquido amniótico é drenado e é injetado gás carbônico. No local em que a coluna do bebê está aberta, a pele é cortada e a medula, restaurada. O corte então é coberto com biocelulose (curativo biocompatível), e fecha de forma mais natural. Até hoje, 21 bebês brasileiros foram operados desta forma. “Essa técnica se tornou um marco na medicina fetal. Vários médicos internacionais me procuram para levar essa cirurgia a outros países”, conta Denise.

No serviço do hospital Albert Einstein, há opções de terapias clínicas quando a situação assim exige. Infecções, como a toxoplasmose, são tratadas por meio da administração de antibióticos. “Os remédios são dados via oral para a mãe em doses altas o suficiente para atravessar a placenta”, explica Rita Sanchez, coordenadora médica do Departamento Materno-Infantil da instituição.

**ESPECIALISTAS Ao lado, a cardiologista fetal Simone Pedra, do Hcor (SP), realiza exame de imagem. A cirurgiã Denise Pedreira, do Hospital Albert Einstein (SP), segura o bebê Rafael Monteiro, 3 meses, operado em janeiro ainda no útero da mãe, para correção de espinha bífida**



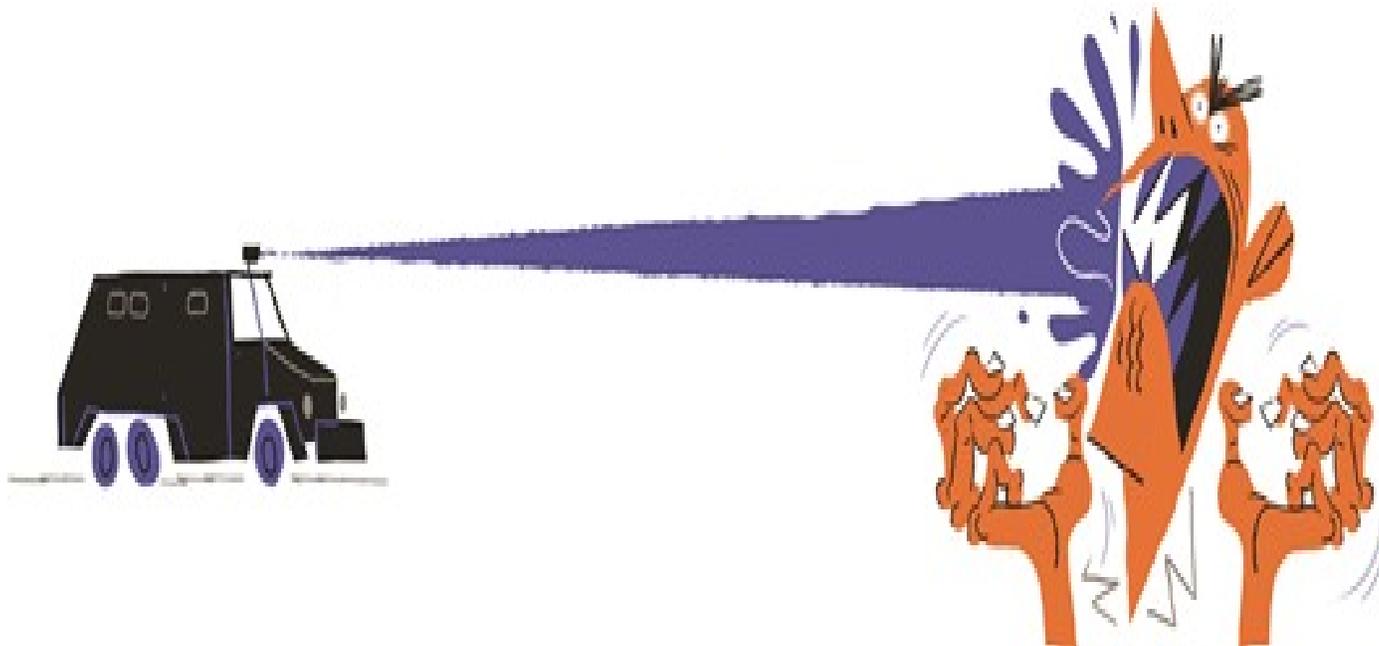
Além dos avanços nos exames e nos procedimentos cirúrgicos intrauterinos, os cuidados com bebês prematuros também evoluíram muito. Um marco nessa história foi a indicação no Brasil de surfactante para prematuros. O remédio expande os pulmões ainda em formação desses bebês. “Só essa substância já foi determinante para o ganho de vidas de prematuros”, diz a neonatologista Graziela Lopes del Bem, do Hospital São Luiz.

A essa inovação, somaram-se a chegada ao país das incubadoras umidificadas. Elas garantem que o bebê não perca calor e que sua pele mantenha-se hidratada. Mais recentemente, mantas térmicas mais leves e sofisticadas evitam a hipotermia. A nutrição desses bebês também melhorou. “Foram produzidas sondas mais apropriadas e produtos que fornecem nutrientes importantes ao bebê”, explica Alice Deutsch, coordenadora médica da Unidade Neonatal do Hospital Albert Einstein. “Hoje temos cada vez mais armas para garantir a vida.”

**CILENE PEREIRA e PAULA ROCHA** são jornalistas e escrevem para esta publicação. Fotos: Frederic Jean/Ag. Istoé; Gariel Chiarastelli, João Castellano/Ag. Istoé; Airam Abel. **Revista ISTO É, Maio de 2015.**

## São Paulo a seco (ANNE VIGNA)

“Você sabe o que eles pretendem fazer? A Sabesp tem um plano B para o futuro?”, indaga. Todos olham para a debatedora, que responde desolada: “Não, eu tenho as mesmas informações que vocês e não faço a menor ideia se há um plano B, C ou D. Por outro lado, sei que o pior ainda está por vir”



**UM RESTAURANTE** elegante no coração de São Paulo, capital econômica do Brasil. O sommelier apresenta a seus clientes uma garrafa de vinho, que ele manipula como se fosse um bebê, e em seguida serve seu conteúdo, em copos de plástico. Nos banheiros do local, impecáveis, o sifão foi desmontado e a água corre direto para um balde. Na porta, um cartaz sugere: “Caros clientes, por favor, utilizem a água de reúso para a descarga”. Há vários meses, a cidade dos superlativos – a mais populosa, a mais cheia de automóveis, a mais rica... – também se tornou a cidade das cenas mais estranhas. São Paulo está entre as megalópoles do mundo que tiveram um forte crescimento econômico na última década, mas a água começa a faltar de forma aguda.

No estado de São Paulo, com 41 milhões de habitantes, os conservadores estão no poder há 24 anos. No último debate televisivo entre os candidatos a governador, em outubro, os reservatórios já estavam com níveis assustadoramente baixos. Ao ser questionado sobre o tema, o candidato à reeleição, Geraldo Alckmin, do PSDB, foi categórico: “Não está faltando nem vai faltar água em São Paulo”. Ele ganhou as eleições, mas a frase ainda aparece nas redes sociais.

“No início, em agosto de 2014, eles cortavam a água apenas à noite. Mas agora cortam também na hora do almoço”, esbraveja o dono do restaurante chique apontando para os galões de água na cozinha – usados nos intervalos sem água. “Eles”? A Sabesp, empresa de economia mista<sup>1</sup> encarregada da distribuição e saneamento na cidade. A reserva dos galões não é suficiente para as necessidades do estabelecimento: a louça da noite ficará acumulada até a manhã seguinte, e os cozinheiros só conseguem realizar suas atividades graças a garrafões de água potável. Assim como em todo lugar, o fenômeno repercute nos preços do cardápio. E as coisas não melhoram: a Sabesp chegou a considerar limitar o abastecimento a dois dias por semana em alguns bairros, mas depois voltou atrás. Os funcionários se inquietam, a empresa dá informações a conta-gotas. Após forte pressão popular, a concessionária indicou em seu site na internet as horas de corte de cada bairro. As informações, contudo, muitas vezes estavam equivocadas. E parou de dar entrevistas à imprensa.

### O pior ainda está por vir

No fim da projeção do documentário *A lei da água* (ver *boxe*), de André D’Elia (Cinedelia, 2014), no fim de janeiro, ninguém se mexe. No salão lotado, como acontece com todas as sessões desse filme, todos esperam o debate com Ana Paula Fracalanza, pesquisadora da Universidade de São Paulo e especialista em gestão hídrica. Na casa de Maria Caçares, que estava na plateia e fez uma intervenção, o corte de água acontece antes de sua chegada do trabalho e só volta às 10h da manhã, quando ela já saiu de casa. Felizmente, em seu edifício, as pessoas mais velhas se encarregam de encher galões de água para os que trabalham fora. “Você sabe o que eles pretendem fazer? A Sabesp tem um plano B para o futuro?”, indaga a Fracalanza. Todos olham para a debatedora, que responde desolada: “Não, eu tenho as mesmas informações que vocês e não faço a menor ideia se há um plano B, C ou D. Por outro lado, sei que o pior ainda está por vir”.

Todos conhecem o plano A do governo: investir cerca de R\$ 1 bilhão para captar a água do Rio Paraíba do Sul, que já abastece o Rio de Janeiro. Mas a operação – que privará o Rio de parte de sua fonte de abastecimento – precisa de dezoito meses para ser concluída, na melhor das hipóteses.

“Perdemos muito tempo por causa das eleições. Se o governo tivesse dito antes que era preciso economizar água, a população teria entendido”, explica Marcelo Cardoso, representante da Aliança pela Água, uma coalizão de organizações ecológicas que surgiu com a eclosão da crise. Em outubro passado, em Itu (SP), houve uma série de protestos pela situação de calamidade pública da cidade: sem água, os moradores atacaram prédios públicos. Os caminhões-pipa enviados pelo estado precisaram entrar na cidade escoltados pela polícia. Os manifestantes não eram fanáticos ou revoltados, eram cidadãos de “bem”, entre os quais muitas mulheres de classe média. “A água foi embora e a dignidade das pessoas também. Quando não podemos mais tomar banho, ir ao banheiro, cuidar das crianças, entramos em pânico”, explica Cardoso.

Segundo um relatório de serviços de informação do estado de São Paulo revelado pela edição brasileira do jornal *E/ País*,<sup>2</sup> a região poderia experimentar manifestações graves como as de junho de 2013, desencadeadas pelo aumento da tarifa dos transportes públicos. O site especializado em questões de segurança Defesa.net<sup>3</sup> assegura que a crise hídrica explica o “estágio” que funcionários do serviço de informação de São Paulo realizaram, em novembro último, em uma unidade policial especializada dos Estados Unidos chamada Special Weapons and Tactics (Swat). Ironia da história, São Paulo recebeu em março catorze veículos munidos de potentes canhões de água para dispersar manifestantes.<sup>4</sup> Será que de fato o poder público ousará enfrentar manifestantes que protestam contra a falta de água com esse aparato?

Propostas que visam otimizar os recursos hídricos não faltam: desenvolvimento de agroecologia, despoluição do Rio Tietê – que se transformou em um esgoto a céu aberto em São Paulo –, reparações no sistema de abastecimento para mitigar perdas (estimadas em 25%), captação de água das chuvas etc. Nenhuma dessas iniciativas, porém, ganhou a atenção dos poderes públicos.

### **Desmatamento na Amazônia**

A explicação dessa crise está mais ao norte, na floresta amazônica, devorada para dar lugar à plantação de soja e criação de gado. O Brasil se encontra em um impasse: a agroindústria, pilar de sua balança comercial, absorve quase 70% do consumo de água no país. A exportação de bens agrícolas representa uma transferência ao estrangeiro de cerca de 112 bilhões de litros de água por ano.<sup>5</sup> Esse setor repousa sobre um regime de chuvas abundantes, colocado em risco pelo desmatamento que se amplia constantemente.

A floresta permite não apenas reter a água da terra, mas também o fenômeno da evapotranspiração do solo e das folhas – dessa forma, restitui à atmosfera uma quantidade considerável de vapor. Os cientistas estimam que a Bacia Amazônica emita o equivalente a impressionantes 20 trilhões de litros de água por dia. Essa umidade favorece a condensação de nuvens e provoca o fenômeno dos “rios aéreos de vapor”.

“Os ventos que provêm do oceano se encarregam do vapor constante que predomina na Amazônia e são barrados a leste pelos Andes, o que faz toda essa água ser reenviada para o sul do continente”, explica Antônio Donato Nobre, especialista em clima e autor de uma síntese de duzentos relatórios científicos sobre a Amazônia.<sup>6</sup> O ecossistema da Amazônia e da Cordilheira dos Andes permite que o sul da América Latina sofra menos com a seca que atinge a maior parte do globo nessa latitude (como os desertos da Namíbia e da Austrália, por exemplo). A pluviometria que eles favorecem é crucial para cerca de 70% da produção da riqueza regional.<sup>7</sup>

“Desmatamos quase 90% da mata atlântica em toda a costa leste do país, mas sem sentir as consequências, porque a Amazônia oferece umidade suficiente”, continua Nobre. “Hoje, 18% da Amazônia está desmatada, e a área degradada já atinge 29% do bioma.<sup>8</sup> Não podemos dizer com precisão em que momento sentiremos o efeito desse desastre, mas ele está anunciado há mais de uma década.”

De acordo com as últimas estimativas, 762.979 km<sup>2</sup> de floresta – mais de duas vezes a superfície da Alemanha – foram destruídos nos últimos quarenta anos. Somente em 2004, desapareceram 27.772 km<sup>2</sup>. Se o ritmo anual pudesse voltar a 4.571 km<sup>2</sup> em 2012, essa situação poderia ter curta duração. Em 2011, o governo reformou seu Código Florestal sob pressão dos deputados e senadores chamados de “ruralistas”, que defendem os interesses da indústria agroalimentar. Esse novo código limita fortemente as zonas de conservação e anistia todos os processos judiciais ligados ao desmatamento, que pode se intensificar com as novas prerrogativas.

A falta de chuva se traduz igualmente por uma penúria de eletricidade em um país cuja produção energética provém 75% de usinas hidrelétricas. O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, reiterou a vontade de construir uma barragem no Rio Tapajós, na Amazônia, enquanto a de Belo Monte, no Rio Xingu, nem sequer entrou em atividade.

Essa seca na megalópole brasileira permitirá uma tomada de consciência sobre a necessidade de proteger a Amazônia? Por enquanto, o governo federal concentra sua ação no financiamento do plano A de São Paulo. Ele deverá igualmente responder às dificuldades dos outros estados em crise, como Rio de Janeiro e Minas Gerais – sem mencionar os auxílios que os agricultores reivindicam para enfrentar a seca e os subsídios fiscais que as indústrias exigem para se munir de equipamentos que consomem menos água. O “bombeiro” federal precisa conter todos os incêndios que ameaçam seu edifício. Mas o dinheiro, assim como a água, é escasso.

## “Deus é brasileiro, e Ele fará chover”

Na imensa favela da Brasilândia, a uma hora de ônibus ao norte do centro de São Paulo, os moradores já estão bem conscientes do problema que se anuncia. Abaixo da favela, os cortes acontecem como no resto da cidade, mas, quanto mais avançamos pelo labirinto de ruas morro acima, menos acesso à água têm os moradores. Uma avó que tenta recolher a água usada da máquina de lavar roupa nos explica: “Com isso, limpo toda a casa”. Ela fica surpresa com o fato de, naquele mesmo dia, a *Folha de S.Paulo* ter publicado um infográfico pedagógico apresentando justamente formas de economizar água: recuperar a água da máquina de lavar, reutilizar a água do banho, fechar a torneira quando escovamos os dentes etc. “Até o pessoal lá de baixo está fazendo isso? Então a situação é grave”, conclui.

Ao subirmos na laje, observamos uma profusão de galões e baldes empilhados nos tetos vizinhos. Com qualquer chuvinha, “subimos e posicionamos os recipientes para recolher água da chuva”, comenta seu filho mais velho. A técnica funciona bem, mas, em um país tropical como o Brasil, tem consequências previsíveis. Segundo a Secretaria de Saúde da cidade, os casos de dengue se multiplicaram por três em janeiro deste ano em relação ao mesmo período em 2014.<sup>9</sup>

A crise da água produz múltiplos efeitos. Para exemplificar um dos mais espetaculares, é preciso visitar os reservatórios do Sistema Cantareira, um dos sistemas mais importantes de adução do mundo. A paisagem que vemos por lá é desoladora. O imenso lago artificial parece, hoje, uma mina a céu aberto. A terra exposta ao sol está rachada. O que resta de água corresponde a 18,2% (em 26 de março) do nível original.

“Ninguém pode nos dizer o tempo que será preciso para recuperar o nível de antes da crise, mas certamente estamos falando de anos, pois, como a terra está exposta, a água se infiltra quando chove, mas também evapora rápido e não faz o nível subir muito”, explica Francisco de Araújo, adjunto da Secretaria de Meio Ambiente de Bragança Paulista. Nas margens, as cinco marinas, em geral cheias durante o verão, estão desesperadamente vazias. “Quase todos os nossos clientes levaram seus barcos para o litoral e não acho que voltarão”, explica Sydney José Trinidad, proprietário de um desses pequenos portos.

Rumores sugerem que, depois de deslocar seus barcos, os mais abastados também já deixaram São Paulo. Mas o ministro de Minas e Energia permanece sereno: “Deus é brasileiro, e Ele fará chover”.

### ***A lei da água***

**Documentário brasileiro sem fins lucrativos que explica a relação entre o novo Código Florestal, o desmatamento e a crise hídrica brasileira. O filme está sendo exibido em uma série de cine debates gratuitos espalhados pelo país (acesse a agenda: <https://aleidaaquafilme.wordpress.com/agenda-cinedebates/>) e chegará aos cinemas de algumas cidades por uma campanha de financiamento colaborativo via Catarse (<https://agua.catarse.me/>).**

- 1 O estado de São Paulo detém 50,3% do capital da Sabesp. O resto está nas Bolsas de São Paulo e Nova York.
- 2 “Polícia teme onda de protestos por causa da falta de água e de luz”, *El País Brasil*, São Paulo, 6 fev. 2015.
- 3 “Seca em São Paulo é tratada como caso de segurança pública”, 30 nov. 2014. Disponível em: .
- 4 “PM de São Paulo terá caminhões com canhões de água”, *O Estado de S. Paulo*, 9 jul. 2013.
- 5 Isabella Bueno, “A água virtual no contexto da exportação”, *Jornal Biosferas*, Rio Claro, 10 mar. 2015.
- 6 Antonio Donato Nobre, “O futuro climático da Amazônia. Relatório de avaliação científica”, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, out. 2014 (disponível on-line).
- 7 Ibidem.
- 8 Deterioração de uma floresta por corte seletivo e não durável, em particular pela instalação de pastos e exploração do gado. Nos casos mais graves, pode chegar a se configurar desmatamento.
- 9 “Secretaria divulga segundo balanço de dengue e chikungunya na cidade”, comunicado do Serviço Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, 12 fev. 2015.

---

**ANNE VIGNA** é jornalista e escreve para esta publicação. Ilustração: Bernardo França. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**, Maio de 2015.

## Mil dias para construir um futuro melhor (CRISTIANE SEGATTO)

Como aproveitar a janela de oportunidade ideal para influir na saúde da vida inteira



### Campanha Pastoral da Criança (Foto: Reprodução)

**A QUEDA** da mortalidade infantil ocorrida no país nas duas últimas décadas é um dos poucos acontecimentos positivos da saúde brasileira em tempos recentes. O passo seguinte – garantir que essas crianças tenham um futuro – é um desafio muito maior. Por isso é tão importante aproveitar a janela de oportunidade na qual é possível influir diretamente sobre o destino de qualquer pessoa. Os preciosos mil dias que vão da gestação até os dois primeiros anos. Nessa fase é tramada a saúde da vida inteira.

O maior patrimônio que uma mãe pode deixar ao filho é zelar para que ele receba os nutrientes necessários durante a gestação. Isso não se resume a manter uma alimentação saudável ao longo dos nove meses. Envolve também controlar a pressão arterial. A hipertensão da mãe pode reduzir a quantidade de sangue que o feto recebe e, com isso, roubar nutrientes essenciais para o pleno desenvolvimento. As crianças que sofrem desnutrição dentro do útero ou nascem antes da hora correm risco mais elevado de desenvolver doenças cardiovasculares na idade adulta – entre outras graves consequências.

Esse não é um problema relacionado exclusivamente à falta de acesso à saúde e à educação. Enfrentamos hoje uma epidemia de bebês quase prematuros, como revelou a maior pesquisa sobre parto já realizada no Brasil, divulgada no ano passado nesta coluna. A quantidade de brasileiros nascidos com baixo peso (menos de 2,5 kg) cresce tanto no SUS quanto na rede privada. No estudo, 35% das crianças nasceram com 37 ou 38 semanas de gestação. Não são consideradas exatamente prematuras, mas poderiam ganhar mais peso e maturidade se tivessem a chance de chegar a 39 semanas ou mais de gestação.

Para chamar atenção para esse problema e informar sobre a importância fundamental dos cuidados até os dois anos de vida, a Pastoral da Criança e a TV Globo lançaram ontem (10) a campanha “Toda gestação dura 1000 dias”. O título faz referência à soma dos 270 dias de gravidez, mais os 730 dos dois anos seguintes. Neste vídeo, o ator Malvino Salvador fala sobre as consequências do uso de cigarro, álcool e drogas durante a gestação. Outros profissionais do elenco, como Carolina Dieckmann, Murilo Rosa e Fernanda Machado participarão com mensagens exibidas na TV e nas redes sociais.

Qualquer mãe com acesso à internet poderá baixar gratuitamente o aplicativo “1000 dias”, com conteúdo desenvolvido pela equipe técnica da Pastoral da Criança. Ele estará disponível a partir do dia 18 nas lojas das plataformas Android e IOS. Com ele, as gestantes poderão receber mensagens de acordo com o tempo de gestação ou a idade do bebê e acompanhar, semana a semana, o desenvolvimento da criança.

O aplicativo tem dupla função. Além de distribuir informação, ele será usado pela Pastoral da Criança para monitorar as gestantes em áreas socialmente vulneráveis. "Trabalhamos essencialmente com a população de baixa renda, mas a campanha da TV vai nos permitir atingir todos os públicos", diz a nutricionista Caroline Dalabona, da Pastoral da Criança. "É fundamental que o público entenda a repercussão que esses primeiros mil dias podem ter no futuro de cada pessoa." Um exemplo? Que tal sete? Conheça alguns problemas de adulto que começam na gestação.

### **DOENÇAS CARDIOVASCULARES**

Bebês com baixo peso (menos de 2,5 kg) ao nascer correm risco mais elevado de desenvolver doenças cardiovasculares na idade adulta. A nutrição da mãe molda a placenta e a placenta molda o coração do bebê. Quanto maior o tamanho da placenta, melhor será para o coração do bebê. A desnutrição dentro do útero apressa a maturação do bebê. O coração de bebês nascidos antes do tempo possui menor quantidade de células. Isso pode afetar a capacidade de regeneração do órgão na idade adulta.

### **COLESTEROL ALTO**

O crescimento insatisfatório do fígado do bebê ainda no útero materno contribui para os níveis elevados de colesterol no sangue na idade adulta. Com a medida do tamanho do fígado ao nascer pode-se prever o nível de colesterol que a pessoa terá quando completar 60 anos.

### **DIABETES**

Antes do nascimento, a insulina comanda o crescimento do bebê. A sensibilidade à insulina é estabelecida no útero. Bebês que nasceram com baixo peso têm mais resistência à insulina que os nascidos com peso adequado. Isso aumenta o risco de diabetes na fase adulta.

### **OBESIDADE**

O bebê que passa fome na barriga da mãe adapta-se para sobreviver à condição de falta de nutrientes. Depois do nascimento, a tendência do organismo dessas crianças é armazenar energia. Assim começa o excesso de peso na infância. Uma criança que estava desnutrida aos dois anos tem risco mais elevado de se tornar um adulto obeso.

### **HIPERTENSÃO ARTERIAL**

Placentas pequenas têm vasos sanguíneos mais estreitos. Por isso é preciso uma maior pressão para manter o fluxo de nutrientes e oxigênio para o bebê. Depois do nascimento, esses bebês de baixo peso continuam a ter pressões sanguíneas mais elevadas. O risco de hipertensão na velhice é duas vezes mais elevado em pessoas que nasceram com baixo peso.

### **DOENÇA RENAL**

Pessoas nascidas com baixo peso têm três vezes menos células nos rins. Como consequência, cada célula do rim tem que trabalhar mais. Com o tempo, o órgão passa a não dar conta de sua função. A pressão arterial sobe e o prejudica ainda mais.

### **OSSOS**

Bebês pequenos têm menos cálcio nos ossos. Também têm menos músculos devido à alteração em dois hormônios: cortisol e hormônio do crescimento. Esses problemas levam a uma reserva de massa óssea mais baixa e a uma perda rápida no processo de envelhecimento. O resultado é a osteoporose. Gostou das informações? Compartilhe e ajude a construir uma geração mais saudável. Quem está chegando ou acabou de chegar agradece.

---

**CRISTIANE SEGATTO** é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Maio de 2015.**

## MEC sob nova direção (CÍNTIA RODRIGUES e THAÍS PAIVA)

Elogiado por acadêmicos, professor de Filosofia e Ética da USP Renato Janine Ribeiro assume as rédeas do Ministério da Educação



Janine Ribeiro: crítico lúcido da realidade nacional

**APÓS** a repentina saída de Cid Gomes, o Ministério da Educação chega a novas mãos em abril. Por causa da guerra partidária constante em Brasília, surpreendeu a escolha de Dilma Rousseff por Renato Janine Ribeiro, 65 anos, professor de Ética e Filosofia da Universidade de São Paulo, sem filiação partidária, contundente em suas análises e que vinha desempenhando o papel de crítico lúcido da realidade nacional. “Sua escolha traduz em simbolismo minha maior prioridade para estes quatro anos”, afirmou a presidenta na cerimônia de posse.

Ao lembrar grandes educadores que exerceram o cargo, como Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, Dilma afirmou que o escolhido pode se inspirar e “está à altura desses educadores”. A primeira reação geral dos especialistas e militantes pela Educação também foi positiva.

A nomeação de Ribeiro foi dada como a melhor notícia produzida pelo Palácio do Planalto neste início de governo. Até uma parte da oposição elogiou a escolha. O senador e ex-ministro Cristovam Buarque foi um dos primeiros a se manifestar: “Trata-se de um dos melhores filósofos do Brasil, e mostra que a presidenta não colocou outra vez o ministério entre as pastas sujeitas a negociações partidárias, nem se submeteu às exigências das corporações universitárias”. Cleuza Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, também aprovou. “Ele é respeitado na educação, um bom técnico e, principalmente, reconhece o esforço que a educação pública precisa fazer para avançar.” Entre os principais desafios do novo ministro, Repulho destaca a implementação do Plano Nacional e suas 20 metas que nortearão o setor pelos próximos dez anos. “Estados e municípios têm feito a sua parte e o governo federal desempenha um papel fundamental nesse processo. Neste ano, a prioridade deve ser tirar o plano do papel.” O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação reforçou a preocupação: “O PNE é lei, tem de ser cumprido”.

Alejandra Meraz Velasco, coordenadora-geral do Todos Pela Educação, acredita que o bom trânsito do novo ministro pelos diversos segmentos educacionais pode colaborar para uma gestão bem-sucedida. “Há três grandes questões que precisam ser resolvidas e necessitam de muita articulação política com atores diversos, além de abertura para o diálogo. Primeiro, a base nacional comum, segundo, o currículo de formação de professores e, terceiro, o sistema nacional de educação. E me parece que Renato Janine Ribeiro tem essa articulação.”

Intelectual participante do debate público, Janine Ribeiro tentava desde o fim das eleições de 2014 manter acesa a chama da racionalidade, tarefa difícil em um país dividido e tomado pelo discurso de ódio dos publicistas da direita. Após a manifestação de 15 de março, o acadêmico rechaçou a defesa do impeachment e ironizou os clamores pela volta da ditadura, mas não deixou de observar que os protestos eram um reflexo da perda de voz da esquerda. “O fato é que a esquerda não está nas ruas, e sim uma população mais de direita, defendendo uma causa que seria correta (o não à

corrupção) da forma errada (identificam a corrupção só ao PT e, pior ainda, a Dilma)", afirmou. "O ideal é mudar essa situação, o que implica tanto combater a corrupção quanto garantir a governabilidade. Ou seja, não adianta ignorar que as ruas foram tomadas pela direita e que pelo menos em São Paulo nós, que somos de esquerda, nos tornamos, já faz tempo, um alvo. Se dizemos o que pensamos, o que queremos, podemos ser hostilizados por um motorista de táxi ou por um qualquer. Basta começar um small talk numa sala de espera que vem, daí a pouco, uma idiotice qualquer. São idiotices, mas o problema é que os idiotas dominam a fala pública. É isso o que tem de mudar."

Dias antes de ser nomeado, Janine Ribeiro concedeu entrevista a CartaCapital, na qual criticou o Partido dos Trabalhadores pelo abandono do debate ético, razão pela qual suas lideranças estariam acuadas. "O PT não apenas foge de qualquer discussão sobre o 'mensalão' e a corrupção na Petrobras, como também desistiu de apresentar seu currículo ético. A fome e a miséria também são chagas éticas em nosso país, e a oposição costuma ser muito insensível a elas. Mas como o PT pode apontar os erros dos adversários sem reconhecer os seus próprios?" E mais: "O PT renunciou à disputa pelas convicções ideológicas".

Não por acaso, a chamada "nova classe C", principal beneficiária das políticas sociais na última década, engrossa o grupo daqueles que rejeitam Dilma Rousseff atualmente. "O partido precisa reconhecer seus erros, reativar sua comissão de ética, e voltar à luta pelos corações e mentes. O PT tem um currículo ético a apresentar, precisa lembrar que erradicou a fome e reduziu fortemente a miséria. Foi um avanço ético e tanto para o Brasil."

O filósofo lamentou ainda a interdição do debate por causa da exagerada polarização política. "Existem setores realmente empenhados na destruição do outro", lastima. "A radicalização inviabiliza qualquer debate sério. De forma pueril, tudo se converteu numa luta do bem contra o mal. E contra o mal, não há diálogo possível. É preciso erradicá-lo."

O desafio de Janine Ribeiro agora será outro: transformar em realidade o slogan "pátria educadora" em um ambiente de contenção de gastos no governo e de redimensionamento das políticas sociais em decorrência do ajuste fiscal. O novo ministro precisará fazer "mais com menos". Dependerá, portanto, de apoios dentro e fora do Palácio do Planalto.

---

**CÍNTIA RODRIGUES e THAÍS PAIVA** são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Maio de 2015.**

## **O valor do amor (LUIZ FELIPE PONDÉ)**

**QUANTO** custa o amor verdadeiro? Sábios dizem que o amor de uma garota de programa é sempre mais barato, porque você sabe exatamente quanto paga pela noite. Já o da mulher amada custa infinitamente, mesmo quando o amor acabou.

Palavras duras para uma segunda-feira, mas profundamente rodriguianas, e Nelson Rodrigues é um dos maiores pensadores em língua portuguesa, apesar de não ter ainda sido plenamente reconhecido como tal. Nelson deveria ser objeto de disciplina específica nos cursos de filosofia brasileira. O problema do valor do amor é constante. A literatura romântica entende que o amor é uma das únicas saídas para o mal-estar da modernização burguesa.

Autores mais contemporâneos como Zygmunt Bauman chegaram a escrever livros identificando a utopia do amor como uma tentativa desesperada de enfrentar o caráter líquido dos vínculos. O que sempre fracassa, porque o amor mesmo se tornou líquido diante da insustentável condição da vida que não seja pautada pelo dinheiro. E aí voltamos ao tema. Nelson costumava dizer que dinheiro compra até amor verdadeiro. A frase, irônica, fala da condição profunda dos vínculos humanos, dependentes de condições materiais objetivas.

Onde você acha que nasceria um amor verdadeiro? Para trabalhar com clichês (a vida é um clichê), seria na Praia Grande, depois de oito horas de Imigrantes num carro 1.0 que, quando se liga o ar, anda como tartaruga ou então num fim de semana prolongado com viagem de executiva para Florença, na Itália? Não precisa responder em voz alta. Guarde pra si a constatação do seu preço. Todo mundo tem um preço. O do amor costuma ser um dos mais caros. Já o do sexo sempre foi mais barato e mais sincero.

Claro, dirão os bonitinhos, que a questão é tipicamente materialista e que já amaram profundamente em meio ao trânsito da Imigrantes. Acredito neles, mas por uns cinco minutos. Esse é o problema. O ônus da vida cobra seu preço em tudo, seja em dólares, reais ou pesos argentinos. A ideia de que dinheiro compra até amor verdadeiro não deve ser tomada como a única visão de Nelson sobre o amor. No tocante à obra do autor, temos exemplos de personagens que sobrevivem ao peso da grana, o que demonstra uma certa dose de integridade. Mas integridade é milagre ou luxo (ou doença?), assim como amor verdadeiro que não se pode comprar com charme e mistério na Toscana.

E mais: para Nelson, resistir ao dinheiro nesse contexto poderia ser por si só uma forma de obsessão (doença?). Logo, a "integridade" nesse campo poderia ser vista como mais uma forma de sintoma do que uma simples virtude. Amar sem dinheiro em sua obra muitas vezes é um modo de obsessão tal que a pessoa objeto dela preferiria alguém normal como amante, do tipo que se apaixona apenas por quem a leva para a Toscana. Ou seja: "dinheiro compra até amor verdadeiro" pode também ser uma forma de normalidade afetiva.

Ruas lindas e silenciosas, antigas como o medievo ou o Renascimento, restaurantes pequenos, longe da CVC, hotéis charmosos e discretos. O amor, num cenário como esse, brota das paredes. Mas não é só isso. Ao longo da vida, um amor

perene também custa caro. Casas que devem se tornar mais lindas, carros mais novos, férias mais sofisticadas, uma casa de praia ou de campo, cursos para os filhos. Seguro saúde top. Enfim, tudo pode ser contabilizado na estabilidade que o amor exige para si mesmo.

Se falarmos da quase extinta classe média do Lula, a conta fica tão cara quanto a da Casas Bahia, no padrão contábil de cada consumidor. Sim, tudo isso pode não garantir o amor verdadeiro ao longo dos anos. Mesmo a obsessão de que tudo isso garanta o amor pode ser apenas mais um sintoma na lista interminável de sintomas.

Mas, se o amor de alguém é mais caro do que isso tudo, talvez seja apenas sinal de que o amante não gastou o dinheiro da forma correta, e não que o dinheiro não seria capaz de comprar o necessário para a paixão. As mulheres estarão emancipadas de vez quando elas também tiverem que pagar pelo amor e não apenas pelo sexo.

---

**LUIZ FELIPE PONDÉ** é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

## **A terceirização e a Constituição (TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR)**

**A TERCEIRIZAÇÃO** está na ordem do dia. Ela foi inicialmente prevista em leis (nº 6.019/74 e nº 7.102/83), destinadas à sua regulamentação na contratação de serviços temporários e de vigilância. O mercado, porém, começou a criar suas próprias condições, o que tornou complexa a aplicação do mecanismo.

Diante disso, a jurisprudência do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que adotara um posicionamento restritivo (enunciado 256: salvo trabalho temporário e serviço de vigilância, seria ilegal a terceirização), acabou por rever sua posição mediante o enunciado 331.

Em seu item 3º, para além da admissão de contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, admitiu também os serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação direta, estabelecendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas de parte do empregador terceiro.

Foi essa distinção entre atividade-fim e atividade-meio que provocou maiores discussões. O projeto de lei nº 4.330/04, em discussão no Congresso Nacional, lida com o tema. Ele tem, de um lado, um conteúdo social (interesse trabalhista), mas afeta, de outro, um interesse privado (gestão empresarial), relações privadas entre a empresa e suas concorrentes num mercado livre - princípio constitucional da livre iniciativa.

Tais relações, em termos de terceirização, são elemento importante do planejamento privado: inserem-se na atividade gerencial e submetem-se a uma racionalidade econômica própria da livre concorrência. Do ângulo da valorização do trabalho humano, a liberação da terceirização para operações essenciais e não essenciais provoca um movimento de mercado na direção de promoção de capital intensivo, mas também de desconcentração, por exemplo, na promoção da empresa de pequeno porte.

O que entra em jogo é a função social da micro e pequena empresa (Constituição Federal, inciso IX do artigo 170). O tratamento mais favorecido a empresas de pequeno porte cria condições para estimular e ampliar sua participação nos mercados, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país. Em sede constitucional, dois fatores mais importantes justificam o tratamento favorecido: (a) o maior potencial delas na geração de empregos em comparação às demais empresas e (b) os benefícios que a maior quantidade de empresas ofertando produtos e serviços proporcionam aos consumidores, no que, obviamente, elas preenchem sua função social em termos de justiça social.

Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli o reconhece, ao lembrar que 97,5% das empresas registradas em nosso país são microempresas ou empresas de pequeno porte, sendo que elas geram 57% dos empregos formais e respondem por 26% da massa salarial total do Brasil. Ora, normas como a do artigo 170, inciso IX, não são aplicáveis diretamente, mas são consideradas violadas quando a lei ou uma decisão judicial com base nela estabelece regras que vão de encontro ao comando-valor que explicitam.

Daí uma cautela necessária na elaboração da lei. Afinal, uma distinção que envolva limitações em termos de atividade-fim e atividade-meio pode levar ao oposto do exigido pelo princípio constitucional de favorecimento à empresa de pequeno porte. Ao exigir a integração vertical da grande empresa, desfavorece as pequenas empresas, produzindo efeitos inversos à busca de pleno emprego e à diminuição das desigualdades, justamente porque as despreza por suas condições, ao vê-las como não dispostas de capital suficiente para fazer frente, por exemplo, aos encargos sociais.

---

**TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR**, 73, advogado, é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP e autor do livro "A Ciência do Direito" (Atlas). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

## Valores democráticos (ROSELY SAYÃO)

**OS FILHOS** da família Silva estudam em uma escola particular renomada de uma capital brasileira. Mensalidade caríssima! O mais novo frequenta o último ano da educação infantil e o mais velho já está no final dos anos iniciais do ensino fundamental.

A escola, como muitas outras, tem em seu projeto educativo o ensino do tema da sustentabilidade. Em cada ano letivo, toda a escola se envolve em um tema comum, cada turma desenvolve um projeto adequado à série e, conduzidos pelos professores, os alunos aprendem muito com esse tipo de trabalho, além, é claro, de aos poucos ganharem mais consciência cidadã.

Neste ano, o tema foi a crise hídrica que nos afeta. As famílias dos alunos dão total apoio aos trabalhos, participam e alguns projetos se transformam em verdadeiras campanhas dirigidas à comunidade escolar. Uma mãe, entretanto, ficou cismada com o comportamento do filho mais velho no decorrer do projeto do qual ele participou. O garoto, que tem 10 anos, passou a cronometrar o tempo que os pais gastam no banho. Passados cinco minutos, bate na porta e diz que é preciso desligar imediatamente o chuveiro. Depois, marca em uma tabela o tempo gasto no banho por todos da família e leva a informação para a escola.

A mãe, professora universitária, ficou preocupada porque, conhecedora de história universal, associou esse comportamento a práticas que já existiram em sistemas totalitários. Neles, as crianças eram doutrinadas pelas escolas a denunciar os pais, caso eles transgredissem os princípios adotados pelo governo. Lembra-se disso, caro leitor? Os filhos da família Duarte frequentam uma escola pública, também de uma capital brasileira, que participa de eventos literários que a cidade promove, como "Encontro com o autor", por exemplo. Dia desses, uma gestora da escola procurou na internet uma obra de uma escritora e poeta para distribuir aos alunos que iriam ao encontro dela.

No encontro, a escritora deu-se conta, pela participação dos alunos, que eles haviam lido um poema destinado a adultos e que continha algumas palavras fortes (palavrões, para ser mais exata). Ela alertou-os a esse respeito, mas não deu importância ao fato. Os pais deram. Ficaram muito bravos, e levaram o caso para as redes sociais. A imprensa fez reportagens, criticando tanto a autora do texto quanto a gestora da escola, que teve seu emprego público ameaçado.

A escola errou? Errou, mas não foi um erro descomunal, tampouco insuperável, considerando o acesso que as crianças têm hoje ao mundo adulto. Um amigo, que mora nessa cidade e é professor de literatura, também ficou cismado e me escreveu a esse respeito. Muitos pais têm censurado leituras que a escola indica aos alunos, pelos mais variados motivos. E a escola tem acatado os pais, na maior parte dos casos. O grande equívoco é o de aceitar esse tipo de intervenção de pais na atuação profissional da escola. Uma boa saída para resolver esse tipo de situação é o diálogo, com todas as partes envolvidas. Alunos inclusive, e principalmente.

Os nomes das famílias são fictícios, mas as histórias são reais. Os acontecimentos são díspares, mas com algo em comum: a transgressão, mesmo sem intenção, de princípios democráticos valiosos como o respeito à privacidade e o ensino do conhecimento com liberdade para aprender com os erros, por exemplo. Precisamos ensinar na escola os valores democráticos. Não é difícil transmitir às crianças os cuidados que devemos ter para a manutenção da democracia. O futuro irá reconhecer nosso empenho nesse sentido.

---

**ROSELY SAYÃO** é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

## O distritão e a arte de jogar votos fora (JAIRO NICOLAU)

**DURANTE** muitos anos, a discussão sobre a reforma do sistema eleitoral no Brasil esbarrava na ausência de uma alternativa que conquistasse um apoio razoável dos deputados federais. Esse quadro, entretanto, mudou na legislatura que tomou posse em fevereiro desse ano.

Hoje, o distritão, um sistema eleitoral que nem sequer era mencionado no debate há anos atrás, passou a ser opção preferencial da maioria dos deputados. A defesa do distritão está baseada em dois argumentos. O primeiro é que ele é um sistema simples e fácil de ser entendido. Verdade. Podemos fazê-lo com uma única frase: os mais votados do Estado se elegem. Numa eleição para deputado federal em São Paulo, por exemplo, seriam eleitos os 70 candidatos que tivessem mais votos.

O segundo argumento é que como cada candidato seria eleito apenas com os seus votos, o que acabaria com o atual sistema de transferência de votos entre os candidatos do mesmo partido (ou coligação). No sistema eleitoral em vigor, os votos dos candidatos que concorrem na mesma lista são somados. Ocasionalmente, alguns candidatos têm votação expressiva, ultrapassam o quociente eleitoral e ajudam a eleger nomes menos votados (muito raramente com votações baixíssimas).

Nomes como José Dirceu, Chico Alencar, Fernando Gabeira e José Serra já ultrapassaram o quociente em outras eleições, mas o fenômeno ficou conhecido pejorativamente com "efeito Tiririca". Será que as eventuais vantagens trazidas por um sistema que é fácil de entender e que acaba com as transferências de votos dos "puxadores de legenda" são superiores aos problemas que ele provavelmente vai gerar? Minha resposta é não.

O principal problema do distritão será seu efeito negativo nos já combatidos partidos brasileiros. Imagine uma campanha em que os eleitores não possam votar na legenda, em que os candidatos de uma mesmo partido não tenham incentivo para cooperar entre si para atingir o quociente eleitoral. Imagine uma campanha na qual os dirigentes não tenham estímulo nenhum para apresentar propostas partidárias para a sociedade, em que os suplentes não sejam do mesmo partido do titular. Esse provavelmente seria o formato, caso o distritão estivesse em vigor.

Diante das críticas de que que o distritão fragiliza ainda mais os partidos é comum ouvir dos seus defensores um argumento surpreendente: como ninguém confia mais nos partidos e os eleitores votam em nomes, pouco importa que eles contem ainda menos nas eleições. A lógica é esta: já que os partidos são fracos, vamos fazer uma reforma para fragilizá-los ainda mais. Não seria justamente o oposto?

Quando se fala que o distritão é um bom sistema, pois garante a eleição dos mais votados, cabe perguntar para onde vai o voto de milhões de eleitores que votaram em nomes que não se elegeram. Seriam simplesmente jogados fora. Poucos eleitores sabem que usamos um sistema proporcional para eleger deputados. Por isso, os votos dos candidatos de cada partido são somados aos votos de legenda para se calcular quantas cadeiras cada partido obterá. Na verdade, nesse sistema não há uma transferência indevida de votos, mas, sim, um processo que soma os esforços dos nomes de uma mesma legenda.

Assim, perdem o voto apenas os eleitores que votaram em partidos que não elegeram nenhum nome. Nas eleições de 2014 para deputado federal esse número foi muito reduzido na maioria dos Estados. Por exemplo, 4% em São Paulo, 5% em Minas Gerais e 7% na Bahia. No sistema eleitoral em vigor o eleitor pode não eleger "seu candidato", mas o nome escolhido por ele necessariamente ficará em uma das suplências. Se o eleitor votou na legenda, seu voto ajudou o partido. No distritão, se o eleitor vota em um candidato perdedor, esse voto é simplesmente ignorado na distribuição de cadeiras. Voto com mesmo destino dos nulos e em branco.

Há quase duas décadas o Congresso busca uma alternativa para aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro. É uma pena que muitos deputados tenham se encantado logo pelo distritão, que, a meu juízo, é a pior opção entre as já apresentadas.

---

**JAIRO NICOLAU**, 51, cientista político, é professor da UFRJ e autor do livro "Sistemas Eleitorais" (FGV Editora). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Maio de 2015.

## **Desafios para um novo rumo na educação (MARIA ALICE SETUBAL)**

**VIVEMOS** no Brasil uma crise política que é também de valores e se irradia para os setores da economia, do meio ambiente e da educação. O maior envolvimento da população na eleição do ano passado revela que a sociedade está consciente de que a responsabilidade pelos rumos do país não é só do governo, é papel de todos. O acirramento da postura do "nós contra eles" - tão cara ao PT -, no entanto, não tem nos levado a sair da crise.

Na educação, tal situação acarreta mais na defesa de posições do que nos interesses do país. Isso se expressa nos resultados dos últimos anos em avaliações nacionais e internacionais, que indicam que a educação não só não avançou na velocidade esperada, como em alguns momentos regrediu. Políticas que deram certo em 2010 precisam ser ajustadas ou reformuladas.

O Brasil tem um Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos, fruto de uma ampla participação social e que oferece um mapa dos principais problemas. Os eixos do PNE, como a defesa do direito de aprender e a busca da qualidade na educação, são fundamentais. É preciso, porém, que as políticas educacionais incluam metas específicas que induzam a educação e a escola a responder aos novos desafios do século 21. Trata-se de fazer esses dois movimentos simultaneamente para que o país possa avançar na direção de um desenvolvimento contemporâneo contextualizado no processo de globalização.

Encarar esse desafio é ir além do campo estrito da educação e discutir as concepções contemporâneas de Estado e de sociedade civil. No caso brasileiro, é necessário entender as análises das diferentes organizações públicas e privadas sobre esse tema e, principalmente, dar ouvido aos movimentos das ruas de junho de 2013 e os deste ano. Marina Silva diz que precisamos avançar em relação aos paradigmas de um Estado provedor - ou Estado mínimo - para um Estado mobilizador, capaz de acionar uma participação plural e permanente.

No campo da educação essa reflexão implica primeiramente mobilizar os diferentes atores da sociedade em torno do que se entende e do que se busca de fato com a visão de "pátria educadora". Um bom começo poderia ser a transição de um modelo centralizado em formas competitivas para formas mais colaborativas, como ocorre em iniciativas das políticas educacionais do Ceará e em projetos de formação e mobilização da região da Chapada Diamantina (BA). Um segundo passo se refere à descentralização de poder e de recursos do Ministério da Educação, que submete Estados e municípios a uma lógica única e centralizadora. Fortalecer municípios e agentes locais é importante para aumentar a aproximação entre as políticas públicas.

Capacitar os agentes públicos para que possam assumir essas novas responsabilidades de forma competente, transparente e responsável é o terceiro passo na nova relação entre Estado e sociedade. Uma "pátria educadora" é responsabilidade de toda sociedade, e não apenas de um governo. Por isso, foi motivo de espanto a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) ter apresentado, em entrevista ao jornal "O Globo", plano que busca dar concretude ao slogan.

Para nós, educadores, esse plano deveria ser prerrogativa do Ministério da Educação que poderia se articular com outros ministérios, mas essa posição da SAE, além de não levar em conta o Plano Nacional de Educação e outros programas em andamento, contribui para fragmentação e dispersão de esforços necessários para o salto de qualidade para a educação brasileira.

---

**MARIA ALICE SETUBAL**, a Neca, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal. Foi assessora de Marina Silva, candidata à Presidência da República pelo PSB na eleição de 2014. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

## **Envelhecer em tempos de PEC (CONTARDO CALLIGARIS)**

**EU ERA** menino quando, no Campo Santa Margherita, meu pai me apontou a casa de Sebastiano Venier, que foi "capitão do mar" (almirante) da frota veneziana vitoriosa na batalha de Lepanto, contra os otomanos, em 1571. Venier, na época da batalha, tinha 75 anos. Seu braço cansava ao retesar a balestra, e um ajudante se encarregava disso por ele.

Ele lutava de pantufas e dizia que era porque elas não escorregavam na ponte do navio, molhada de água e sangue, mas era por causa dos calos que o impediam de usar botas. Fora isso, ficou o tempo todo plantado na ponte de seu navio, o Capitana. Já a história de Enrico Dandolo me foi contada diante de quatro homens que subiam a escada da Ponte della Veneta Marina, em Veneza, carregando um ancião numa cadeira.

Talvez meu pai imaginasse que eu menosprezava o inválido; por isso, me contou que Dandolo, em 1204, aos 96 anos, doge de Veneza, foi reconquistar Constantinopla: aos gritos, da ponte de sua galera, pedia que os soldados o levassem logo à terra, na hora do ataque. Cresci numa época em que a morte era temida, a finitude da vida incomodava a todos, mas ser velho era um valor; a esperança e o dever dos jovens era envelhecer, sem demora.

Assisti a uma mudança cultural tremenda e rápida. Quando cheguei aos 12 ou 13 anos, os adolescentes, recém-inventados, já estavam se tornando objeto da inveja de todos, e os velhos (previamente objetos de admiração) começavam a aparecer como um fardo. A desculpa era econômica: haverá aposentados demais, que adoecerão, pedindo cuidados custosos. Mas, provavelmente, a verdade é que o medo de morrer nos leva até a negar nossa própria velhice iminente: desprezamos os "parasitas" que seremos.

No entanto, quem disse que os velhos são "parasitas" desprovidos de utilidade social? Recentemente, a PEC da Bengala modificou a aposentadoria compulsória dos membros de tribunais superiores para 75 anos. O editorial da **Folha** de 8 de maio pedia que a medida fosse coextensiva a todo o funcionalismo público. Pode ser que a PEC surja, hoje, como uma manobra política para postergar nomeações de ministros do STF até as próximas presidenciais. Por que renunciariamos ao patrimônio de experiência dos velhos?

No começo do século passado, a psicologia distinguiu dois fatores de inteligência. Embora discutida, a distinção permanece: grosso modo, a inteligência fluida é a capacidade de se adaptar a situações novas de forma rápida e flexível. A inteligência cristalizada é construída pelo aprendizado do indivíduo e é uma espécie de sabedoria: permite compreender realidades complexas, estabelecer relações não intuitivas, avaliar e julgar situações contraditórias. Em 2009, A. Kramer e A. Nunes publicaram uma pesquisa, no "Journal of Experimental Psychology" (<http://migre.me/pPIx4>), comparando os controladores de tráfego aéreo dos Estados Unidos (que têm aposentadoria compulsória aos 56 anos) com os do Canadá (que só se aposentam aos 64). Eles chegaram à conclusão que a aposentadoria compulsória dos americanos era um desperdício.

Em testes genéricos, os controladores mais velhos eram mais lentos, mas, em testes de decisões ligadas ao tráfego aéreo, sua experiência compensava qualquer perda cognitiva da idade. Outro exemplo: em 2010, Igor Grossmann e outros publicaram uma pesquisa nos "Proceedings of the National Academy of Science" dos EUA (<http://migre.me/pPIZC>), mostrando que existem aspectos do pensamento que melhoram com a velhice. A jovens e velhos, eles apresentaram uma série de histórias ou dilemas que tinham a ver com conflitos entre indivíduos ou entre grupos. E pediram soluções e comentários.

Foi constatado que, em comparação aos jovens ou às pessoas de meia idade, os idosos usam raciocínios mais complexos e enxergam melhor a necessidade de perspectivas múltiplas e de compromissos. Conclusão: "É recomendável que pessoas mais velhas ocupem funções sociais cruciais, que incluem decisões legais, aconselhamento e negociações entre grupos". O campo de pesquisa sobre os efeitos positivos do envelhecimento está aberto.

P.S. O livro de Anne Karpf, "Como Envelhecer" (ed. Objetiva, série 'The School of Life', R\$ 26,90, 192 págs.) é ótimo e um excelente companheiro para quem está afim de envelhecer e de pensar sobre nossa mudança cultural diante da velhice. Agora, a editora deveria imprimir com fontes mais clementes com a hipermetropia de quem envelhece.

---

**CONTARDO CALLIGARIS** é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

## Fator previdenciário: redução ou subsídio? (SOLANGE PAIVA VIEIRA)

**EM NOVEMBRO** de 1999 foi aprovada no Congresso a nova regra de cálculo dos benefícios da Previdência. A regra, conhecida como fator previdenciário, partiu da premissa de que um dos principais problemas da Previdência do país residia na ausência de correlação entre contribuições e benefícios.

As aposentadorias eram, então, concedidas sem guardar uma relação com as contribuições que cada trabalhador efetuou ao longo de sua vida de trabalho. Antes da adoção do fator, foram analisadas diversas soluções implantadas em outros países, entre as quais a passagem para um regime de capitalização, onde o trabalhador recebe uma renda vitalícia calculada a partir da poupança acumulada pelas suas contribuições.

A passagem para o regime de capitalização no Brasil, no entanto, foi considerada inviável à época, devido às restrições fiscais e ao enorme custo de transição referente ao financiamento das aposentadorias em manutenção. Estimativas realizadas por especialistas do Banco Mundial, do Ipea e da FGV, entre 1995 e 1997, apresentavam custo de transição oscilando entre 188% e 250% do PIB.

Com a impossibilidade de se adotar o regime de capitalização e a derrota da idade mínima no Congresso em 1998, buscava-se algo que tivesse em seu cerne a ideia de capitalização e, ao mesmo tempo, que permitisse ao trabalhador a escolha de sua idade de aposentadoria. A regra aprovada ampliou o cálculo da aposentadoria para 80% das maiores remunerações de toda a vida laboral do trabalhador e introduziu o fator previdenciário. Era a implantação do sistema de "capitalização virtual".

O fator previdenciário considera em sua fórmula a idade, o tempo de contribuição, a alíquota e a expectativa de sobrevida do segurado no momento da aposentadoria. Com o fator, cada trabalhador recebe uma aposentadoria baseada nas suas contribuições para a Previdência e na sua expectativa de sobrevida. Dado um mesmo salário de contribuição, o trabalhador que contribuir por mais tempo e se aposentar mais tarde receberá um valor maior do que aquele que contribuir por menos tempo e se aposentar mais cedo. Ou seja, quem acumulou uma poupança maior receberá uma aposentadoria maior.

A aposentadoria deve refletir o valor que o trabalhador poupou ao longo dos anos, e não ser um "bônus" concedido pelo Estado. Vale lembrar que no nosso sistema previdenciário existem outros benefícios que recebem subsídios, como a aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio-doença e pensão, sob os quais o fator não incide. Garantir o custeio de gerações atuais e futuras não é uma tarefa trivial. Quando a mudança de regra na Previdência em 1999 foi aprovada pelo Congresso, o histórico era de um déficit de R\$ 307 milhões em 1996, passando para R\$ 3,7 bilhões em 1997, R\$ 7,7 bilhões em 1998 e R\$ 9,7 bilhões em 1999.

Os brasileiros estão vivendo cada vez mais, o que é ótimo, mas precisamos pensar nos recursos necessários para garantir uma aposentadoria sustentável e previsível a todos. Várias críticas foram feitas ao fator previdenciário, sempre baseadas no fato de que "subsídios" estavam sendo eliminados da aposentadoria por tempo de contribuição e, dessa forma, seu valor se reduzia. Ou seja, ao reproduzir uma relação "justa" entre contribuição e benefício, os trabalhadores que optam por sair mais cedo do sistema têm o valor da sua aposentadoria "reduzido" em comparação àqueles que ficam por mais tempo. A perda desse subsídio deve ser amplamente discutida pelo Congresso Nacional.

A sociedade deve escolher se está disposta a pagar mais impostos e/ou cortar programas sociais para que um grupo reduzido de trabalhadores, que se aposenta por tempo de contribuição (19% do número de benefícios pagos pela Previdência em novembro de 2014), volte a receber o subsídio do governo. Ou melhor, para que volte a ter suas aposentadorias custeadas por aqueles que pagam seus impostos.

---

**SOLANGE PAIVA VIEIRA**, 46, economista, é a criadora do fator previdenciário. Foi secretária de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (governo FHC) e presidente da Anac - Agência Nacional de Aviação Civil (2007-2010). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Maio de 2015.

## Campos de extermínio (DRAUZIO VARELLA)

**HORROR** é palavra inexpressiva para caracterizar o que senti nesta manhã. Cresci ouvindo histórias das atrocidades nazistas na Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, vi fotografias e assisti a documentários que exibiam as imagens da tragédia humana causada por eles.

Escrevo a coluna de hoje sob o impacto da visita que acabo de fazer aos campos de extermínio de Auschwitz e Birkenau, eufemisticamente denominados campos de concentração pela propaganda do Terceiro Reich. Ver imagens e ouvir falar, no entanto, é vivência pálida comparada à da presença física nas instalações em que os crimes ocorreram. O impacto da fotografia de uma câmara de gás projetada para assassinar mais de mil pessoas ao mesmo tempo é quase insignificante perto da experiência sensorial de estar em seu interior.

Os pavilhões dos prisioneiros de Auschwitz formam um conjunto arquitetônico harmonioso. São prédios de tijolinhos aparentes, linhas retas, janelas simétricas, enfileiradas, e uma porta de madeira na entrada, acessível por um lance de quatro ou cinco degraus de concreto, no centro geométrico da fachada. No ângulo superior esquerdo da soleira, uma pequena placa quadrada com o número do pavilhão, único detalhe acrescentado ao minimalismo da parte externa. No alto

do telhado, uma chaminé retangular. Visto de fora, poderia ser um colégio ou centro cultural, não fossem as cercas de arame farpado, as torres de vigia, a força junto à entrada, o paredão de fuzilamento num dos pátios internos, as câmaras de gás e os fornos crematórios.

O interior dos pavilhões foram organizados para cumprir a função primordial do campo: aprisionar o maior número de pessoas selecionadas para o trabalho escravo, nas piores condições imagináveis. Os demais eram exterminados ao desembarcar dos trens. Num ambiente de penúria alimentar, sem roupas de inverno para enfrentar temperaturas que chegam a 20 graus negativos, talvez a morte imediata não fosse o destino mais desumano.

Algumas celas nada ficavam a dever às mais apinhadas do antigo Carandiru. No subterrâneo de um dos pavilhões, vi um grupo delas com 90 x 90 cm, nas quais encerravam no escuro quatro homens em pé. A única fonte de oxigênio vinha de um buraco no alto, pouco maior do que um maço de cigarro.

Talvez não devesse me chocar com tais requintes de perversidade. Na Casa de Detenção conheci presos mais velhos que contavam histórias de celas de castigo com 20 homens obrigados a dormir em rodízios de oito horas, enquanto os companheiros permaneciam 16 horas em pé, por falta de espaço para sentar. Cumpriam até 90 dias nessas condições. Nas trocas de turno podiam urinar e puxar a descarga do vaso sanitário do xadrez. Esvaziar os intestinos, apenas às quartas e aos sábados por ocasião do banho no chuveiro coletivo.

Papel especial desempenhavam os "médicos" dos campos de extermínio. Cabia a eles recepcionar os recém-chegados, vistoriá-los sumariamente e separar os que julgavam aptos daqueles encaminhados diretamente às câmaras de gás, tratar os doentes que poderiam voltar ao trabalho, condenar à morte os demais, dar assistência técnica às sessões de tortura, supervisionar a abertura das câmaras para atestar que todos estavam mortos e conduzir "experimentos".

A Alemanha tinha a medicina mais avançada do século 20 até os nazistas substituírem todos os professores universitários e chefias dos centros de pesquisa e de atendimento por membros do partido. Em Auschwitz, o psicopata Mengele chefiou um grupo de energúmenos diplomados, convencidos de que pertenciam a uma raça superior, portanto com o direito e a oportunidade para conduzir experiências em cobaias humanas.

Pouparei você, leitor, da descrição das crueldades perpetradas por esses facínoras. Limito-me a dizer que além de sádicos da pior espécie, eles eram absolutamente ignorantes. Nada, absolutamente nada, acrescentaram ao conhecimento médico; não deixaram uma linha sequer de interesse científico. Em Auschwitz, entre 1940 e 1945, foram assassinadas um milhão e cem mil pessoas. Foi o maior campo de extermínio da história da humanidade.

---

**DRAUZIO VARELLA** é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro 'Estação Carandiru' (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**